

Fundação Oswaldo Cruz

Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

Informe semanal sobre a Resposta Global à COVID-19

Informe 19 – Quinzena 23 de setembro a 6 de outubro de 2020



Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2020



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



FIOCRUZ
120
ANOS

PATRIMÔNIO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
03.	Apresentação –	Paulo M. Buss e Luiz Eduardo Fonseca
04.	Assembleia Geral e o Conselho de Direitos Humanos da ONU em tempos de pandemia pela COVID-19 –	Santiago Alcázar, Luiz Augusto Galvão e Paulo M. Buss
10.	Assembleia das Nações Unidas debate clima e biodiversidade –	Luiz Augusto Galvão, Santiago Alcázar e Paulo M. Buss
14.	Resposta da OMS - OPS e EUA à COVID-19 -	Luiz Augusto Galvão
18.	Resposta das Instituições Financeiras Multilaterais à COVID-19 –	Isis Pillar Cazumbá e Miryam Minayo
27.	Resposta da OEA à COVID-19 –	Luana Bermudez
29.	Resposta dos Países não Alinhados e do G77 à COVID-19 –	Regina Ungerer
32.	Resposta do G20 e da OCDE à COVID-19 -	Luiz Eduardo Fonseca
38.	Resposta dos BRICS à COVID-19 -	Claudia Hoirisch
41.	Resposta da América Latina e Caribe à COVID-19 -	Sebastián Tobar e Carlos Linger
46.	Resposta da Região Africana à COVID-19 -	Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg
52.	Resposta da Europa à COVID-19 -	Ana Helena Freire
57.	Resposta da Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio à COVID-19 -	Lúcia Marques
65.	Resposta da China à COVID-19 –	André Lobato

RESPOSTA GLOBAL À COVID-19

Uma visão do ponto de vista socioeconômico, diplomático e sanitário

(Sumário produzido pelo CRIS-Fiocruz sobre a quinzena 23/09 a 06/10 de 2020)

Apresentação

A quinzena sobre a qual focamos o acompanhamento do CRIS às respostas da saúde global à pandemia foi recheada de eventos políticos internacionais: 75ª. Assembleia Geral das Nações Unidas, 45ª. Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, 58ª. Conselho Diretor da Organização Pan-americana da Saúde, além de muitos turbilhões na política internacional.

As Nações Unidas, muito pressionadas pelo conflito sino-americano pela hegemonia global, comemorou os 75 anos com forte apoio da maioria de seus Estados-membros ao multilateralismo. O debate geral, que abre com o presidente do Brasil, seguido do presidente estadunidense, mostrou este apoio – embora com as exceções já conhecidas – além de proporcionar aos Chefes de Estado a possibilidade de uma descrição das abordagens que cada país vem realizando quanto à pandemia.

Muitos arranjos multilaterais sub-regionais continuam trabalhando intensamente no enfrentamento conjunto da Covid-19, como se observa nos vários relatos oferecidos pelos analistas do CRIS. Lamentavelmente, a ALC como um todo não tem aproveitado todo o potencial proporcionado pela cooperação internacional no enfrentamento da pandemia.

As Américas, lamentavelmente, continuam na vanguarda estatística da pandemia, mas a Índia desponta neste triste *ranking*. A Europa assiste um recrudescimento da epidemia em alguns países e a África continua surpreendendo pelo número baixo de casos e óbitos.

O vírus e a fisiopatologia e abordagem clínica da Covid-19 continuam sob escrutínio técnico-científico, trazendo surpresas, mas permitindo que a ciência e a prática da saúde pública continuem oferecendo soluções para seu enfrentamento.

No Brasil, a epidemia ultrapassou 5 milhões de casos e as mortes se aproximam de 150 mil, embora se estime que a enfermidade esteja em declínio no país. Enquanto isso, o desafio do SUS será atender a demanda por outros problemas de saúde, represada na pandemia. O país discute a reconfiguração da proteção social após a pandemia.

Tempos estranhos: enquanto os bilionários do planeta viram suas fortunas ultrapassarem a marca dos USD 10 trilhões, a crise sanitária pode levar 150 milhões de pessoas à pobreza extrema até o fim de 2021. Dá o que pensar!

No *front* da formação, continuamos com os Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde *José Roberto Ferreira*, dos quais já realizamos quatro edições, estando previstas mais oito até o final-do-ano. O interesse tem sido crescente, com cada seminário recebendo sucessivamente um número maior de participantes. Convidamos a todos que se juntem a esta atividade educativa do CRIS.

Boa leitura, e bom fim-de-semana.

Rio de Janeiro, Manguinhos, 8 de outubro de 2020

Paulo Buss e Luiz Eduardo Fonseca

Assembleia Geral e o Conselho de Direitos Humanos da ONU em tempos de pandemia pela COVID-19

Santiago Alcázar, Luiz Augusto Galvão e Paulo M. Buss

Setembro de 2020 foi marcado, globalmente, pela realização da 75ª. *Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)*, em Nova York, na qual se reúnem anualmente os Chefes de Estado ou de Governo ou os mais altos representantes de cada uma e de todas as Nações do mundo, este ano em forma virtual. Simultaneamente, em Genebra, de forma também virtual, reuniu-se a 45ª. *Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas CDH-NU*. Há dois anos, o Conselho é secretariado pela Alta Comissária Michele Bachelet, mulher latino-americana, médica, ex-ministra da saúde, ex-presidente do Chile.

Ambas magnas reuniões do sistema de governança global estão tendo como pano de fundo e foco, neste estranho 2020, a pandemia pela Covid-19.

A 75ª sessão da AGNU foi inaugurada dia 14 de setembro. Uma semana depois, dia 21, realizou-se reunião de alto nível para comemorar os 75 anos das Nações Unidas, que contou com a presença virtual das mais altas autoridades dos Estados membros. Na terça-feira, dia 22 de setembro teve início o debate geral, no qual os Chefes de Estado ou de Governo apresentam as suas respectivas visões sobre o estado do mundo.

Este artigo tratará dos principais momentos da 75ª. AGNU. Antes disso, no entanto, breves comentários sobre as quatro resoluções adotadas pela na 74ª. Assembleia, relacionadas à Covid-19, necessário para dar uma continuidade às percepções daquela sessão (na qual foram adotadas) e as que começam a tomar forma na atual AGNU 75.

Como se recordará, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Covid-19 uma pandemia em 11 de março. Imediatamente, todos se viram na obrigação de oferecer respostas que naquele momento pareciam adequadas. A AGNU adotou uma primeira resolução em 2 de abril, intitulada “*Solidariedade global para enfrentar a Covid-19*” (<https://undocs.org/en/A/RES/74/270>). Em 20 de abril adotou uma segunda resolução intitulada “*Cooperação internacional para assegurar acesso global a medicamentos, vacinas e equipamento médico para enfrentar a Covid-19*” (<https://undocs.org/en/A/RES/74/274>).

Os títulos são importantes. No primeiro caso, quer-se uma solidariedade global, importante naquele momento em que se observava a falta dela. No segundo caso, o acento é posto sobre a cooperação para assegurar acesso global aos produtos essenciais de saúde para combater a Covid-19. Há uma sutileza importante nesse título: trata-se de assegurar o acesso global, ou seja, em toda parte. Não diz acesso universal, que seria para todos, em qualquer parte. A leitura dos parágrafos operativos 2 e 5 da segunda resolução revela que cabe ao Secretário-Geral da Organização identificar, recomendar e coordenar os esforços para garantir a disponibilidade global daqueles produtos. É uma enorme responsabilidade que se confere ao SG. Ademais, não há menção às flexibilidades de propriedade intelectual previstas em TRIPS ou na Declaração de Doha sobre Propriedade intelectual e saúde pública, cruciais para garantir o acesso universal.

Seria legítimo perguntar por que se põem tanto peso nos ombros do SG. A resposta fácil seria porque essa resolução, assim como a primeira, está sob a égide do item 123 da agenda da 74ª AGNU – fortalecimento do sistema das Nações Unidas. Todas as resoluções que caírem sob aquele item terão que obedecer à lógica do fortalecimento do sistema das Nações Unidas. É,

então, natural, que as ações decorrentes daquelas duas resoluções tenham que ser conduzidas pelo SG. Acontece, contudo, que o acesso universal ou global não pode se realizar sem o decidido compromisso dos Estados membros e com a plena utilização das flexibilidades, não mencionadas como já se disse. A tensão entre a solidariedade da primeira resolução e a cooperação da segunda parece assim resolver-se de maneira pragmática pelo encargo ao SG.

A terceira resolução, “*Resposta unida contra ameaças globais à saúde: combatendo a Covid-19*” (<https://undocs.org/en/A/RES/74/307>), também foi posta sob a égide do item 123. O curioso, entretanto, é que o projeto de resolução circulou entre as delegações junto às Nações Unidas em 14 de abril, mas foi somente em 11 de setembro que a AGNU a adotou. Por que esse lapso de tempo? Como as duas anteriores, esta resolução tampouco faz menção às flexibilidades de TRIPS. Mais rica que aquelas nas partes preambular e resolutiva, a resolução Resposta unida contém alguns estorvos: chamamento para intensificar a cooperação multilateral para enfrentar surtos de doenças; colaboração internacional para assegurar que os aspectos sociais, econômicos, humanitários e financeiros adversos sejam tratados em tempo e de maneira não discriminatória; ênfase no pleno respeito aos direitos humanos e que não há lugar para discriminação racial e xenofóbica na resposta à pandemia; reafirmação da necessidade de proteger os trabalhadores e os pequenos negócios por meio de mecanismo de proteção social adequado. Ainda que a resolução tenha caído sob um item que deposita no SG a iniciativa pelas ações decorrentes, essa resolução faz um chamamento aos Estados membros, que talvez tenha parecido fora de propósito. É possível que o agravamento da pandemia e a exibição de números trágicos tenha vencido as resistências e permitido que o projeto de resolução fosse finalmente aprovado pela AGNU.

A quarta resolução, “*Resposta ampla e coordenada à pandemia da Covid-19*” (<https://undocs.org/en/A/RES/74/306>), foi adotada no último dia útil da 74ª AGNU. À diferença das anteriores foi colocada sob os itens 14 (Implementação integrada e coordenada e seguimento das principais conferências e das Nações Unidas e Cúpulas nas áreas econômica, social e afins) e 120 (Implementação das resoluções das Nações Unidas). Como se pode esperar, a resolução é um verdadeiro ônibus. Recorda a obrigação dos Estados membros de cooperar uns com os outros, conforme a Carta (criticando assim posturas nacionalistas e anti-multilateralistas), fazendo listagem de acordos alcançados pelo sistema das Nações Unidas; a obrigação de os Estados observarem que a resposta à Covid-19 se faça à luz de suas respectivas obrigações sob o direito internacional; centrar nas pessoas (e não no comércio, portanto) a cooperação internacional para enfrentar a enfermidade; ser sensível às diferenças de gênero, com pleno respeito aos direitos humanos; fortalecimento dos sistemas de saúde e dos sistemas de proteção social; pleno uso das flexibilidades relativas ao regime de propriedade intelectual, *inter alia*. Em seu último parágrafo operativo, a resolução solicita que o seu seguimento seja colocado sob o item intitulado *Saúde global e política exterior*, incluída desde 2008 na agenda das AGNU. Aquele item, que é também a resolução com o mesmo título, é o lugar natural para destinar as graves crises sanitárias (o Ebola foi aí incluído) e para onde, finalmente, irá a Covid-19, depois de perambular por distintos itens da agenda, alguns que não lhe dizem respeito, diretamente, e outros que sim, mas incluem tantas outras coisas. Sob o manto Saúde global e política exterior, a resposta à COVID-19 terá terreno para a consideração de vários ângulos da questão: das flexibilidades, aos direitos humanos, à questão laboral e a Agenda 2030, entre outros. Podem-se imaginar as razões que terão impedido que esta quarta resolução tenha demorado tanto tempo para ser adotada pela 74ª AGNU, mas agora devemos nos voltar para a 75ª sessão, que apenas inicia, e temos de seguir em frente.

A reunião de alto nível dedicada aos 75 anos das Nações Unidas, realizada na segunda-feira, dia 21 de setembro, foi oportunidade para que os Estados membros manifestassem suas impressões sobre as realizações da Organização. Há um consenso declarado de que as Nações Unidas nos livraram de uma Terceira guerra. Ninguém põe em dúvida o legado de mais de 500 acordos internacionais sobre os temas mais variados, desde a regulação dos céus para a aviação comercial, às normas de proteção laboral, à complexa arquitetura dos direitos humanos, ao avanço da noção de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável, mudança climática e ordenamento do comércio, entre outros.

Há também falhas e deficiências no sistema, como por exemplo o anacronismo do conceito de segurança (limitado ao olhar militar, e cego para a percepção de que ameaças à saúde podem desestabilizar países, assim como as inequidades sociais), o funcionamento do Conselho de Segurança (limitado a cinco membros permanentes com direito a veto), a falta de uma representatividade mais ampla e democrática da Assembleia Geral (somente os Estados membros encontram-se representados), a necessidade de o sistema poder agir em rede. Mais importante, contudo, é a confiança depositada nas Nações Unidas e no multilateralismo como a única via para a solução dos desafios globais, em geral, e particularmente para a pandemia.

A COVID-19 pôs a descoberto as fragilidades do mundo como o conhecemos: sistemas de saúde pública subfinanciados, descrédito dos mecanismos de proteção social e valorização da terceirização (supostamente mais barata e mais ágil para a contratação no mercado de trabalho), inequidades impensáveis, degradação do meio ambiente em escala ciclópica e aparente irreversibilidade da mudança climática. Nesse contexto, não há a mínima possibilidade de apostar em soluções unilaterais, alheias ao necessário espírito comunitário e solidário.

Todas as intervenções naquela ocasião, pronunciadas pelas mais altas autoridades dos Estados membros, reconheceram a importância das Nações Unidas e a necessidade de adaptá-la aos enormes desafios que temos pela frente, e de maneira urgente à Covid-19. Por isso, terá soado estranho, em plena pandemia, e num momento que reclama união, a menção da representante dos EUA que recordou a necessidade de que sejam respeitados os direitos de propriedade intelectual.

A sessão especial adotou o texto intitulado “*Declaração sobre a comemoração do 75º aniversário das Nações Unidas*”. O documento, incluído sob o item 128 da agenda da AGNU (fortalecimento do sistema das Nações Unidas), e finalizado em 7 de julho, é um testemunho do apoio de seus membros à Organização, importante na atual conjuntura de críticas a sua atuação, bem como a confiança para o encaminhamento de soluções para a resposta à pandemia. A declaração recorda princípios básicos que devem estar presentes na ação da comunidade internacional diante desse e de outros desafios globais: a) não deixar ninguém para trás; b) proteger o planeta; c) promover a paz e prevenir conflitos; d) guiar-se pela lei internacional; e) situar no centro mulheres e meninas; f) construir confiança; g) melhorar a cooperação digital; h) reformar as Nações Unidas; i) assegurar o financiamento sustentável; j) impulsionar as parcerias; k) ouvir e trabalhar com os jovens; l) estar preparado. Cada um dos princípios acima estaria a merecer comentários, que por razões de espaço serão deixados para uma outra oportunidade.

Na terça-feira, dia 22, iniciou o debate geral, cujo tema central proposto foi “*O futuro que queremos, as Nações Unidas que precisamos: Reafirmando nosso compromisso coletivo com o multilateralismo – Confrontando a Covid-19 por meio da ação multilateral efetiva*”. Como de costume, a primeira intervenção coube ao Secretário-Geral, seguido do Presidente da AGNU e do Presidente do Brasil

O discurso do SG é um bom exemplo do que deve ser uma exposição com pé e cabeça e, por isso, merece destaque. Recordando o alerta que fizera em janeiro deste ano sobre as quatro ameaças que pairavam sobre o mundo – a maior tensão geoestratégica em muito anos; a crise climática de nosso tempo; a crescente desconfiança global; o lado escuro do mundo digital – avalia que há que redobrar os cuidados agora com uma quinta ameaça – a pandemia da Covid-19, que expõe de maneira brutal as fragilidades dos países: inequidades em ascensão, catástrofe climática, divisões internas crescentes, corrupção. A pandemia acentua essas fragilidades, acometendo os mais vulneráveis e apagando o progresso de décadas. Os ODS podem se tornar irrealizáveis. Os fundadores das Nações Unidas conheceram uma pandemia, uma depressão global, genocídio e duas guerras mundiais. Sabiam o custo da discórdia e o valor da unidade. Hoje vive-se algo similar àquele momento. A crise que vivemos é um ensaio para as outras que virão. A união, a solidariedade, a ciência e o apego à realidade são cruciais.

Outros elementos do discurso que merecem referência são a menção à reunião sobre financiamento na era da COVID-19 e da pós-pandemia, a realizar-se em 30 de setembro; a necessidade de um novo contrato social, nos planos nacionais, e de um novo pacto mundial, no plano internacional; a adoção da cobertura universal em saúde e de uma renda mínima universal; investir decididamente em questões de clima. E, finalizando, afirma que a pandemia ensina que as escolhas fazem diferença. Por isso é preciso saber escolher.

O debate geral mereceu grande destaque por parte da mídia. Contudo, o tema proposto sequer foi mencionado por algumas delegações (Brasil, EUA, Colômbia, México, por exemplo). Todas, de modo geral, salvo aquelas, manifestaram apoio incondicional às Nações Unidas e ao multilateralismo. Todas fizeram menção à Covid-19, demonstrando assim a união de todos em torno a um único tema, algo inédito na história recente da AGNU. Uma única delegação referiu-se à eventual vacina contra a Covid-19 como um bem público global (China). Muitas fizeram referência a que a mesma fosse disponibilizada para os países menos desenvolvidos. Há, como se pode observar, um certo grau de solidariedade. Entretanto, ninguém garantiu que se abriria mão dos direitos de propriedade intelectual sobre os produtos necessários para enfrentar a Covid-19 seriam. Esperanças e frustrações foram as duas tônicas do debate geral.

Outros dois temas relevantes para a saúde humana e a emergência e disseminação da pandemia pelo Sars-Cov-2 – clima e biodiversidade – também tratados na AGNU 75 serão tratados em outro capítulo.

Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e COVID-19

Como se sabe, o Conselho de Direitos Humanos é um organismo intergovernamental das Nações Unidas encarregado de fortalecer a promoção e proteção dos direitos humanos em todo o mundo e para enfrentar situações de violações dos mesmos, assim como formular recomendações sobre eles. Está composto por 47 Estados Membros da ONU¹, eleitos pela

¹ A composição do CDH, em seu 45º período de sessões é a seguinte (ano de encerramento do mandato): Afeganistão (2020); Alemanha (2022); Angola (2020); Argentina (2021); Armênia (2022); Austrália (2020); Áustria (2021); Bahamas (2021); Bahrein (2021); Bangladesh (2021); Brasil (2022); Bulgária (2021); Burkina Faso (2021); Camarões (2021); República Checa (2021); Chile (2020); Dinamarca (2021); Eritreia (2021); Eslováquia (2020); Espanha (2020); Fiji (2021); Filipinas (2021); Índia (2021); Indonésia (2022); Ilhas Marshall (2022); Itália (2021); Japão (2022); Líbia (2022); Mauritânia (2022); México (2020); Namíbia (2022); Nepal (2020); Nigéria (2020); Países Baixos (2022); Paquistão (2020); Peru (2020); Polónia (2022);

Assembleia Geral para um período de três anos. O Brasil assumiu uma das cadeiras reservadas para o bloco de países das Américas, devendo permanecer no Conselho até 2023.

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas realizou sua 45ª. Sessão, entre 14 de setembro e 2 de outubro, em Genebra, como de praxe, com uma vastíssima pauta (<https://undocs.org/es/A/HRC/45/1>). Discutir todas as dimensões dos direitos humanos, examinadas nesta sessão é tarefa que foge ao escopo deste artigo. A lista completa dos mais de sessenta temas abordados e respectivos informes apresentados encontra-se em <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session45/Pages/ListReports.aspx> informação complementada em: <https://undocs.org/en/A/HRC/45/3>

A Alta Comissária (AC) apresenta sistematicamente ao Conselho informações atualizadas sobre temas de especial relevância, dos quais, desta 45ª. Sessão, destacamos especialmente dois: o informe em preparação, solicitado unanimemente pelos 53 países africanos, sobre a *“promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos africanos e afrodescendentes frente ao uso excessivo da força e outras violações dos direitos humanos pelos agentes da ordem”*, ou seja, sobre o racismo sistêmico e as violações dos direitos humanos deste grupo social, especialmente quanto aos incidentes que provocaram a morte de George Floyd, nos Estados Unidos, que ocorreu durante os debates da 44ª. Sessão, em junho de 2020.

Outro informe relevante programado, como não poderia deixar de ser, refere-se às repercussões da pandemia pela Covid-19 sobre os direitos humanos, em um diálogo interativo ampliado. Segundo posição do CDH, o respeito aos direitos humanos em todo seu espectro, que abarca tanto dimensões econômicas, sociais e culturais, quanto civis e políticas, é fundamental para o êxito da resposta sanitária e para a recuperação pós-pandemia.

No dia 17 de julho, a 44ª. sessão encerrou com a adoção da Resolução A/HCR/44.23/Rev.1, intitulada *O papel central do Estado em responder a pandemias e outras emergências de saúde, bem como as consequências socioeconômicas resultantes em apoiar o desenvolvimento sustentável e a realização de todos os direitos humanos, que repercutimos em artigo anterior neste mesmo blog, no qual destacávamos que o Conselho pedia mais Estado e equidade para enfrentar a pandemia* (<https://cee.fiocruz.br/?q=Conselho-de-Direitos-Humanos-da-ONU-mais-Estado-e-equidade-para-enfrentar-a-pandemia>).

A mesma orientação continua nesta sessão 45, quando se examinam os informes aos subtemas preparados por diversas instâncias do Conselho sobre a Covid-19 (<https://www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/COVID19Guidance.aspx>). Trata-se de rica contribuição política e de práticas, com documentos abordando cada uma das seguintes dimensões da pandemia, relacionando-as com os direitos humanos respectivos: Acesso à atenção médica; Medidas de emergência; Que ninguém seja deixado para trás; Habitação; Pessoas portadoras de deficiência; Idosos; População prisional ou recolhidas às instituições; Informação e participação; Estigmatização, xenofobia e racismo; Migrantes, deslocados e refugiados; Repercussões sociais e econômicas; Alimentação; Privacidade; Crianças; Jovens;

Qatar (2020); República de Coreia (2022); República Democrática do Congo (2020); Senegal (2020); Somália (2021); Sudão (2022); Togo (2021); Ucrânia (2020); Uruguai (2021) e Venezuela (2022).

Gênero; Água, saneamento e higiene; Povos indígenas; Minorias; Negócios e direitos humanos; Sanções internacionais e unilaterais; e Cooperação e solidariedade internacional.

Considerações finais

O estado precário ao qual o mundo foi conduzido em razão da crise sanitária imprimiu um tom de cuidado e formalismo para a Assembleia Geral, justo quando seriam necessárias ações corajosas. O Secretariado, buscando evitar enfrentamentos, assumiu uma posição oficialista e temas centrais, como a pandemia da COVID-19, não tiveram fórum privilegiado de discussão, o que enfraqueceu ainda mais a liderança multilateral e deixou o mundo e, principalmente aqueles vulnerabilizados, ao sabor dos ventos e de líderes políticos nacionais, esperando que em um futuro próximo algum deles possa oferecer a liderança necessária para reconstruir um mundo mais sustentável, justo e pacífico.

A 75ª AGNU foi ocasião para comemorar o aniversário das Nações Unidas e para passar em revistas os importantes avanços alcançados. Foi também ocasião para reiterar a necessidade de reformas diante das crises que, à diferença a que deu origem à Organização, são globais e envolvem a vida no planeta. Muitos se terão perguntado por que não houve o anúncio de uma sessão especial na 74ª sessão, que terminou, ou neste início da 75ª sessão (recorde-se que no dia 30 de setembro haverá um evento paralelo dedicado à pandemia, o que não é o mesmo que uma sessão especial plena). As razões podem ser as mesmas que explicam a confusão no tratamento das quatro resoluções sobre a Covid-19. Assim como a Covid-19 tomou todo mundo de surpresa, as delegações e o Secretariado em Nova York tampouco souberam conferir ao tema do dia o destaque que precisa ter, urgentemente.

Como a maioria das resoluções aprovadas nos corpos das Nações Unidas não são vinculantes, resta-nos monitorar se os países mais poderosos da terra acompanharão estas resoluções multilaterais (ainda que não vinculantes) em prol da tão esperada equidade em saúde, capaz de resgatar a imensa dívida social e sanitária da comunidade global com os países mais pobres e as populações pobres de todos os países, particularmente acentuadas nestes tempos de pandemia pela Covid-19.

Assembleia das Nações Unidas debate clima e biodiversidade

Luiz Augusto Galvão, Santiago Alcázar e Paulo M. Buss

A 75ª. Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), realizada na última semana de setembro e primeira semana de outubro de 2020, teve como pano de fundo a pandemia pela Covid-19 e o multilateralismo – sobre a qual se manifestaram todos os Chefes de Estado e de Governo nas suas alocações no debate geral, assim como o Secretário Geral e o presidente da Assembleia. Nesta mesma Assembleia, realizaram-se sessões especiais sobre clima e biodiversidade. Certamente não foram temas casualmente introduzidos nos debates da AGNU, pois ambos, pelo viés da Saúde Única (*One Health*), estão profundamente implicados com a pandemia. São estes os temas que tratamos no presente artigo.

Mesa Redonda de Alto Nível sobre Ações sobre o Clima

"O mundo está com febre alta e está queimando", advertiu o Secretário-Geral da ONU, António Guterres ao abrir a Mesa Redonda de Alto Nível sobre Ações sobre o Clima (<https://www.un.org/en/climatechange/high-level-climate-change-roundtable>), (*Climate Action*) (<https://www.un.org/en/climatechange/>), organizada para chamar a tenção sobre soluções de alto impacto que os governos, o setor financeiro e a sociedade civil estão implementando, ressaltando os múltiplos benefícios de uma recuperação sustentável que contribua para que o aquecimento global fique no limite de 1,5°C e com emissão zero de carbono até 2050.

No contexto da Assembleia Geral, o anúncio mais surpreendente e mais importante para a questão climática veio do presidente Xi Jinping da China que anunciou o plano chinês de ser neutro em carbono até 2060 (http://english.www.gov.cn/news/topnews/202009/23/content_WS5f6ab351c6d0f7257693c80b.html). Apesar de não apresentar muitos detalhes o anúncio foi saudado por vários Chefes de Estado na mesa de alto nível. A China é o maior emissor de gás de efeito estufa do mundo, sendo responsável pela queima de metade do carvão consumido no mundo e é o principal importador de petróleo e gás natural. Analistas estimam que esta mudança pode custar até US\$ 5,5 trilhões e exigirá o uso de diversas tecnologias, algumas das quais ainda em desenvolvimento.

A crise atual teve um grande impacto no uso de energia e nas emissões de CO₂. Segundo o relatório da Agencia Internacional de Energia (IEA) (<https://www.iea.org/reports/global-energy-review-2020>), até meados de abril, a redução semanal média na demanda de energia foi de 25% nos países em *lockdown* total e de 18% nos casos de bloqueio parcial. Em comparação com o primeiro trimestre de 2019, a demanda global de energia diminuiu 3,8%, a de carvão sendo a mais afetada (queda de quase 8%) e a petróleo (cerca de 5%), como consequência da queda de 50% do transporte rodoviário e de 60% na aviação. As emissões diárias globais de CO₂ diminuíram em torno de 17% até abril de 2020 e, no auge das medidas de contenção, as emissões diminuíram em média 26%. A média anual das emissões de 2020 dependerá da duração do confinamento, com uma estimativa de redução entre 4% e 7%. É possível que as ações governamentais e os incentivos econômicos pós-crise possam alterar as emissões de CO₂ por décadas.

Durante o evento, o Secretário Geral buscou incentivar a implementação de seis ações: investir em empregos e negócios verdes; evitar o resgate de indústrias poluentes; acabar com os subsídios aos combustíveis fósseis; considerar os riscos climáticos nas decisões; trabalhar juntos; e garantir que ninguém seja deixado para trás. Para isso, os países devem preparar

planos de recuperação sustentáveis, em consonância com a ciência sobre clima, e proteger a economia e a sociedade, com prioridade às populações vulnerabilizadas. Candido Botelho Bracher, do Itaú-Unibanco, ressaltou que o setor financeiro pode e deve ir mais longe para evitar o desmatamento na Amazônia, e pediu colaboração público-privada.

A Semana do Clima da Cidade de New York (<https://www.climateweeknyc.org/climate-week-nyc-2020>), de 21 a 27 de setembro de 2020, realização das Nações Unidas e cidade de Nova York, foi a maior reunião não oficial sobre clima em 2020. O foco do evento virtual foi sobre a forma como vamos reconstruir o mundo após a pandemia da COVID-19. Os temas tratados incluíram: Transição para a Energia Limpa; Transporte e Infraestrutura; Indústria e Ambiente Construído; Finanças, Investimentos e Empregos; Alimentos e Uso da Terra; Natureza e Ciência; Política dos EUA e Internacional; Juventude, Mobilização Pública e Justiça; Viagens e Turismo Sustentáveis e Impactos Climáticos e Adaptação.

O próximo evento global da agenda oficial sobre mudança climática será a 26ª Conferência das Partes da Convenção ([COP26](#)) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática ([UNFCCC](#)) que se realizará entre 1 e 12 de novembro deste ano, em Glasgow. Os principais temas para a COP26 devem ser a transição para energia limpa, transporte limpo, soluções baseadas na natureza, adaptação e resiliência e "unir tudo para financiar". No que a ONU denominou "a corrida para Glasgow", serão realizados vários eventos preparatórios. Além da COP, no dia 12 de dezembro haverá um evento global para marcar o quinto aniversário do Acordo Climático de Paris de 2015.

Cúpula das Nações Unidas sobre Biodiversidade

A biodiversidade é essencial para as pessoas, inclusive por meio da oferta de alimentos, água limpa, medicamentos, proteção contra eventos extremos e outros 'serviços ambientais'. A perda de biodiversidade compromete o progresso da Agenda 2030 e de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>). A pandemia pela Covid-19 destacou a importância da relação entre as pessoas e a natureza e as consequências da ação humana na vida selvagem. A pandemia deve servir de advertência sobre a urgência de promover mudanças transformadoras que promovam a saúde do planeta como investimento no futuro.

"A humanidade está travando uma guerra contra a natureza", disse o Secretário-Geral da ONU, aos Estados-Membros durante o segmento de abertura da Cúpula da ONU sobre biodiversidade (<https://www.un.org/pga/75/united-nations-summit-on-biodiversity/>) que teve a participação virtual de chefes de Estado e de Governo que em geral expressaram preocupação de que nenhuma das Metas de Biodiversidade de Aichi de 2020 (<https://www.cbd.int/sp/targets/>) tenham sido cumpridas.

Guterres também enfatizou que o surgimento de doenças letais como HIV/AIDS, Ebola e Covid-19 estão ligados à degradação da natureza, que não é apenas uma questão ambiental, mas abrange economia, justiça social e direitos humanos, e pode dar origem a tensões geopolíticas e conflitos. Anualmente, 13 milhões de hectares de floresta são perdidos e um milhão de espécies está em risco de extinção. Continuando nesse caminho, a segurança alimentar, o abastecimento de água e os meios de subsistência serão ameaçados, assim como nossa capacidade de combater doenças e enfrentar eventos extremos.

A Cúpula teve como tema "*Ação urgente sobre a biodiversidade para o desenvolvimento sustentável*", a ser implementada nos mais altos níveis, em apoio a um Marco Global de Biodiversidade Pós-2020 (*Post-2020 Global Biodiversity Framework*) que contribui para a

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e para a realização da Visão 2050 para a Biodiversidade, "vivendo em harmonia com a natureza". As principais questões abordadas incluíram:

O enfrentamento da perda da biodiversidade para a erradicação da pobreza, criação de empregos sustentáveis, promoção do desenvolvimento econômico e coerência com a Agenda 2030 e seus ODS.

Todas as pessoas dependem de um planeta saudável. A natureza desempenha um papel fundamental para a alimentação, saúde e o bem-estar físico e mental. Estima-se que 4 bilhões de pessoas dependem de medicamentos naturais para sua saúde e cerca de 70% dos medicamentos usados para câncer são produtos naturais ou sintéticos inspirados na natureza. A natureza também contribui para a qualidade de vida, incluindo inspiração e aprendizado, expressão cultural e desenvolvimento físico, psicológico e espiritual. A degradação dos ecossistemas, incluindo o desmatamento, o uso concorrente da terra, a expansão descontrolada da agricultura, particularmente para a agricultura intensiva, e o desenvolvimento de infraestrutura e a exploração insustentável de espécies selvagens propicia a propagação de doenças da vida selvagem para as pessoas. Os investimentos em biodiversidade através da abordagem inclusiva da Saúde Única (*One Health*) (<https://oxfordre.com/publichealth/view/10.1093/acrefore/9780190632366.001.0001/acrefore-9780190632366-e-29?rskey=2si5Zz&result=35>) são essenciais para reduzir o risco de futuros surtos zoonóticos e garantir uma recuperação sustentável, equitativa e verde das economias.

O uso sustentável e a conservação da biodiversidade são fundamentais para garantir que ninguém fique para trás. Cada pessoa, em cada comunidade, depende da biodiversidade, mas grupos mais pobres e marginalizados são os mais diretamente vulneráveis à perda de biodiversidade.

A restauração da biodiversidade e a implementação de soluções baseadas na natureza serão essenciais para implementar a Agenda 2030 e seus ODS. A degradação dos ecossistemas está reduzindo a capacidade da biodiversidade para enfrentar as mudanças climáticas e comprometendo o progresso do Acordo de Paris e da Agenda 2030.

A Década de Ação e Entrega para o Desenvolvimento Sustentável como oportunidade para deter a perda de biodiversidade e incentivar seu uso sustentável.

Ações urgentes sobre biodiversidade são necessárias em todos os setores e de todos os atores. A ação sobre a biodiversidade para o desenvolvimento sustentável demanda envolvimento dos setores público e privado, incluindo governos nacionais e subnacionais, cidades, empresas privadas, setor financeiro e sociedade civil.

A Cúpula também analisou o "Quadro global de biodiversidade pós-2020", (<https://www.cbd.int/article/2020-01-10-19-02-38>), preparado em processo abrangente e participativo, que deve ser apresentado à COP15 (15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica) (<https://www.cbd.int/meetings/COP-15>), em Kunming, China, em 2021. Esse quadro, e sua efetiva implementação, devem colocar a natureza em um caminho de recuperação até 2030 para atender a Agenda 2030 e realizar a Visão 2050 de "Viver em harmonia com a natureza".

Considerações finais

Clima e biodiversidade são circunstâncias profundamente implicadas na emergência das novas doenças de potencial pandêmico, como se viu no caso do surgimento e disseminação da pandemia pelo Sars-Cov-2. As viroses zoonóticas encontram condições propícias de se expandir a partir das profundas transformações que a ação humana produz sobre os ecossistemas onde vírus, outros animais, plantas, ar e solo vivem em equilíbrio dinâmico.

Seguramente as mudanças climáticas em curso vem tendo implicações diretas e intensas sobre a biodiversidade e, ambas, sobre a emergência de novas enfermidades. Por esta razão, foi muito oportuno que ambos temas tivessem sido abordados na Assembleia Geral das Nações Unidas, espaço único na política mundial para que se construam consensos e prioridades entre os mais altos mandatários dos Estados nacionais de todo o mundo.

Contudo, é imprescindível que as declarações apenas retóricas de boas intenções obtidas nestes conclaves – e que registramos nas linhas acima – sejam substituídas por ações concertadas, corajosas e audazes, pois as mudanças profundas que vem ocorrendo no ambiente planetário² – na maior parte das vezes por ação antrópica – estão levando o planeta a um perigoso ponto de não retorno que, com todas as forças, devemos evitar.

² Ver diversos artigos sobre o tema, relacionados com saúde, por exemplo, em: <https://www.thelancet.com/journals/lanplh/home>

Resposta da OMS - OPS e EUA à COVID-19

Luiz Augusto Galvão

A OMS esteve concentrada na sua participação na 75ª Assembleia da ONU, aonde certamente teve a oportunidade de apresentar as suas estratégias e resultados o que certamente irá contribuir para o diálogo com os países-membro e possivelmente para superar os atuais empecilhos abrindo perspectivas de acordos de benefício comum que atendam as expectativas de ajustes nos mecanismos de governança e operação da organização que possam contribuir para um aperfeiçoamento daqueles existentes como o RSI e eventualmente crie outros mecanismos que possam garantir o direito à saúde e portanto uma melhor respostas aos eventos catastróficos que estão por vir.

Na 75ª AGONU a OMS esteve envolvida em vários eventos oficiais e paralelos relacionados à pandemia COVID-19. A OMS foi uma das signatárias a Declaração de Liderança Conjunta sobre Violência Baseada em Gênero e COVID19, lançada pela “Generation Equality Forum Action Coalition on Gender-Based Violence”, o Diretor-geral fez apresentações aos chefes de delegações e outros participantes em eventos-chave para definir a visão sobre o caminho a seguir, incluindo:

"Força-Tarefa Interagências da ONU sobre a Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis (DCNT): trabalhando com os Estados-Membros para cumprir as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável relacionadas ao NCD durante e além do COVID-19",

Lançamento do Fundo Fiduciário Multiparceiros da ONU (MPTF) para catalisar as ações dos países em NTDs e saúde Mental, entrega do dos prêmios da Força Tarefa 2020

"O desafio de uma vida: garantir o acesso universal às tecnologias de saúde COVID-19", patrocinado pela Costa Rica e pela OMS, evento dedicado a convidar os Estados-Membros, organizações intergovernamentais e não-governamentais e outras partes interessadas para endossar o "Chamado Solidário à Ação" para garantir a troca de conhecimentos abertos necessárias para desenvolver as ferramentas de saúde adequadas para combater o COVID-19,

"Juventude e Saúde: agentes de transformações em um mundo em mudança". Com a participação do DG e do Enviado do Secretário-Geral da ONU para a Juventude, o evento teve como foco o engajamento dos jovens na resposta do COVID19 e a governança global da saúde.

" Enfrentando o COVID-19 juntos através do “ACT Accelerator”: coorganizado pela OMS, pela ONU e pelos governos da África do Sul e Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Com a participação do Secretário-Geral e do DG, o evento de alto nível teve como objetivo construir um consenso político mais forte para uma resposta global coordenada à pandemia e garantir parte dos US\$ 35 bilhões necessários para o progresso do “ACT-Accelerator”.

Outro destaque essa semana foi a iniciativa OMS Aberta (<https://openwho.org/>) que já ultrapassou os 4 milhões de inscritos em 131 cursos sobre COVID-19 em 41 idiomas.

Health Learning

WHO is expanding access to online learning for COVID-19 through its open learning platform for health emergencies, [OpenWHO.org](https://openwho.org).

The OpenWHO platform was launched in June 2017 and published its first COVID-19 course on 26 January 2020.



41 languages

Over 1.2 million certificates

131 COVID-19 courses

nos serviços de saúde, sendo que os países de baixa e média renda foram os mais atingidos. De acordo com a pesquisa de 105 países em cinco regiões da OMS realizada entre março e junho de 2020 muitos serviços de rotina e eletivos foram suspensos, enquanto cuidados críticos como rastreamento e tratamento de câncer e terapia contra o HIV sofreram interrupções em países de baixa renda.

Números-chave (% dos países que tiveram interrupções): 70% de divulgação para imunização de rotina (RI), 61% de RI baseado em instalações, 68% de planejamento familiar, 66% de cirurgia eletiva. Em diagnóstico e tratamento se destacam as áreas de: 69% doenças não transmissíveis, 61% transtorno de saúde mental, 55% de câncer, 46% de malária, 42% de tuberculose e 32% antirretrovirais do HIV

Em relação à situação epidemiológica global da Pandemia da COVID-19, o gráfico abaixo mostra a evolução que até esta segunda-feira acumulava cerca de 36 milhões de casos de COVID-19 um milhão de mortes foram informadas à OMS. O mapa abaixo mostra o aumento do número de óbitos nos últimos sete dias destacando alguns países da região.

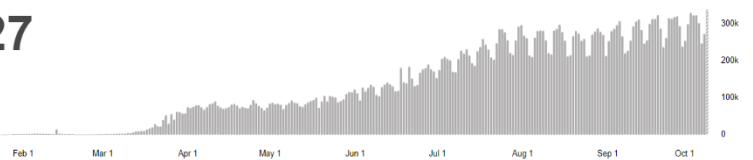
WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard
Data last updated: 2020/10/08, 10:32am CEST

Back to top

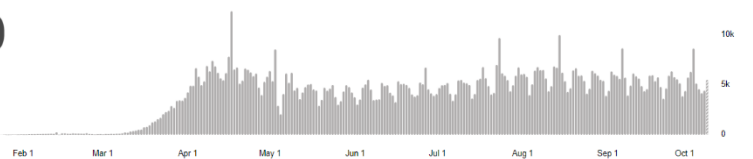
Globally, as of 10:32am CEST, 8 October 2020, there have been 36,002,827 confirmed cases of COVID-19, including 1,049,810 deaths, reported to WHO.

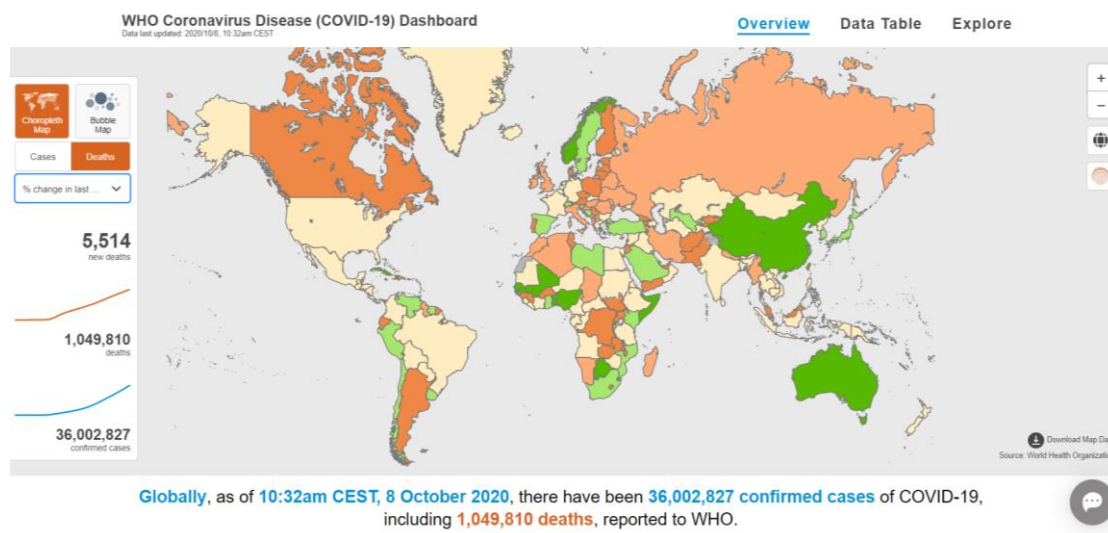
Global Situation

36,002,827
confirmed cases



1,049,810
deaths

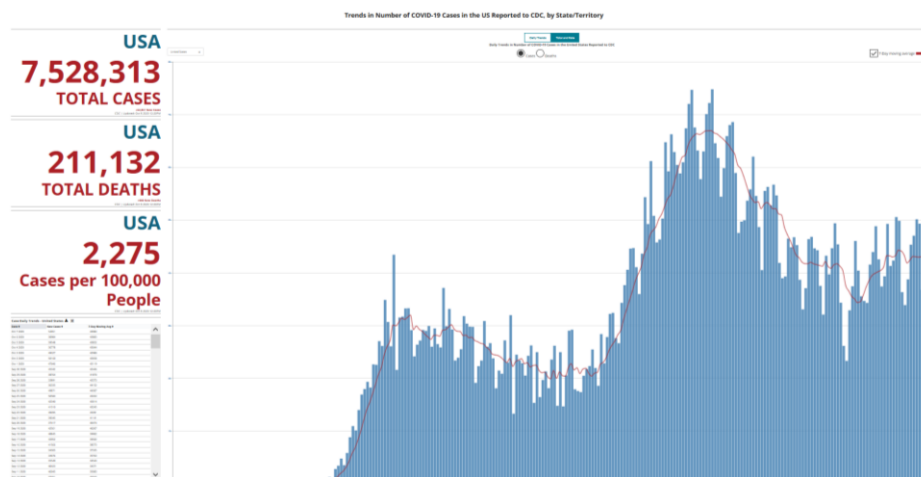




A OPS realizou a sessão virtual do 58^o Conselho Diretor e a 72^a Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas de 28 e 29 de setembro de 2020. Os resultados expressos nas resoluções aprovadas demonstram um grande apoio dos estados-membros na organização, já que existe um crescente aumento no pagamento das quotas dos países, uma decisão de manter o atual programa de trabalho sem alterações e a aprovação de mudanças na governança da instituição reconhecendo ao mesmo tempo a ausência anterior de regras sobre projetos de grande volume de recursos e a necessidade de aumentar a participação dos corpos diretivos nas decisões de projetos que possam exceder o monto estabelecido para o fundo estratégico da organização. Isso poderia ser um sinal de que a atual administração esteja avançando com sabedoria na manutenção e participação de todos os estados membros em torno de uma organização atual e relevante para os objetivos sanitários da região. A OMS também parece ter avançado no mesmo sentido já que parece haver um retorno à mesa de negociações de todos os estados-membros para rever e propor mudanças na governança da organização. Não seria a primeira vez que uma fórmula utilizada ao nível regional nas Américas ajuda a desenhar soluções de nível mundial.

EUA

Nos EUA em geral existe uma tendência a um novo aumento do número de casos notificados diariamente em uma média de sete dias.



Existe um grande debate sobre a questão da COVID durante o período eleitoral do qual se depreende que a saúde definitivamente ocupa e ocupará um papel central no futuro do país e que caberá à comunidade de saúde pública uma grande responsabilidade sobre a resposta à pandemia e sobre as reformas necessárias para a melhoria da saúde da população.

Resposta das Instituições Financeiras Multilaterais à COVID-19

Isis Pillar Cazumbá e Miryam Minayo

Banco Mundial

Iniciativas

Conferência: 2020 Jobs and Development Conference

A conferência virtual teve duração de quatro dias no início de setembro. Ela foi organizada pelo Banco Mundial, IZA (Institute of Labor Economics), Rede de Empregos e Desenvolvimento e UNU-WIDER – United Nations University. Com foco na COVID-19, foram apresentados mais de 80 artigos de economistas, formuladores de políticas e especialistas em desenvolvimento em 15 sessões e atraiu mais de 2.000 participantes online. Os tópicos dos debates incluíram desigualdade, informalidade, globalização e lacunas de gênero no mercado de trabalho.

Em seu discurso de abertura, Michal Rutkowski, Diretor Global para Proteção Social e Emprego do BM, destacou a ampla gama de tópicos cobertos pela conferência e seu forte enfoque nos impactos sociais e econômicos da pandemia.

A conferência apresentou um painel de formuladores de políticas sobre as respostas aos impactos da COVID-19 no mercado de trabalho, uma sessão especial de artigos acadêmicos sobre os impactos emergentes da pandemia e duas palestras sobre eventos históricos que lançam luz sobre os desafios contemporâneos para os mercados de trabalho em economias em desenvolvimento.

Uma dos caminhos apresentados para diminuir o peso da desigualdade e aumentar a inclusão foi a de que os países precisam expandir os esquemas de proteção social e priorizar o desenvolvimento de habilidades e treinamento para melhor apoiar os trabalhadores.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2020/09/21/jobs-and-development-conference-2020-better-jobs-for-development>

Livro: Going Viral: COVID-19 and the Accelerated Transformation of Jobs in Latin America and the Caribbean³

O impacto econômico da COVID-19 não tem precedentes em tamanho e escopo. Ela evoluiu rapidamente de uma emergência de saúde para uma crise de emprego. Também tem implicações de longo alcance para os trabalhadores, além dos efeitos imediatos sobre o emprego, pois muito provavelmente acelerou o processo de transformação de empregos que já havia sido iniciado na região e no mundo.

Este livro enfoca três tendências pré-pandêmicas importantes observadas na região – a saber, desindustrialização prematura, servicificação da economia e automação de tarefas – que estavam mudando significativamente o cenário do mercado de trabalho na região e que foram aceleradas pela crise. Embora ainda haja incerteza sobre os impactos econômicos da COVID-19, os formuladores de políticas precisam começar a planejar um futuro em rápida evolução que virá mais cedo do que o esperado. Um forte foco na produtividade, desenvolvimento e adoção

³ Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34413>>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

de tecnologia e treinamento em habilidades relevantes será a chave para se adaptar e aproveitar as novas oportunidades no mundo pós-pandemia. É importante ressaltar que a transformação acelerada dos empregos exige um repensar das regulamentações trabalhistas e das políticas de proteção social voltadas para os assalariados empregados no setor formal da economia. As três tendências identificadas no livro, os efeitos da própria pandemia e a crescente dependência de plataformas eletrônicas levantam dúvidas de que o emprego assalariado aumentará substancialmente nos próximos anos. Ao mesmo tempo, os ganhos e as transações processadas por meio de plataformas eletrônicas são mais visíveis às autoridades, trazendo a oportunidade de aumentar a receita tributária e as contribuições para a previdência social. A regulamentação flexível das formas emergentes de trabalho de uma forma que incentive o emprego, o apoio à formalização e expanda a cobertura da proteção social a segmentos maiores da população será de extrema importância para os formuladores de políticas que se preparam para um mundo novo e mudado.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/09/28/coronavirus-revolucion-tecnologica-americalatina>

Iniciativas por país

Povos indígenas, Afro-equatorianos e Montubios

No dia 28 de setembro de 2020, o Banco Mundial aprovou um empréstimo de US \$ 40 milhões para o Equador no âmbito de um projeto para melhorar as condições de vida, contribuir para a recuperação após a pandemia COVID-19 e enfrentar as barreiras à educação e acesso ao emprego para as nacionalidades e povos indígenas, afro-equatorianos e montubios.

Este projeto de investimento visa apoiar um milhão de pessoas em 15 territórios, abrangendo cerca de 300 freguesias priorizadas pelos seus indicadores de vulnerabilidade. Contribuirá para garantir a essas populações maiores oportunidades educacionais e econômicas, bem como uma resposta à emergência da COVID-19 que incorpora o reconhecimento e o respeito por sua visão de mundo e prioridades de desenvolvimento.

A Constituição do Equador reconhece o caráter pluricultural e multicultural do país. De acordo com os dados do último censo (2010), mais de três milhões de equatorianos - 21% da população - se identificam como pertencentes a povos e nacionalidades indígenas, afro-equatorianas e montubio. Desse grupo, 7% se identificam como indígenas, 7,2% como afro-equatorianos e 7,4% como montubio.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/09/25/el-banco-mundial-aprobo-us40-millones-para-apoyar-a-los-pueblos-y-nacionalidades-indigenas-afroecuatorianas-y-montubias>

Afeganistão

No dia 28 de setembro de 2020, o Banco Mundial aprovou um subsídio de US \$ 100 milhões para ajudar o Afeganistão a estabilizar seu setor financeiro e apoiar pequenas empresas enquanto o país se esforça para estimular sua recuperação da COVID-19.

Financiado pela Associação Internacional de Desenvolvimento, o projeto de Fortalecimento da Intermediação Financeira do Afeganistão (SAFI) aumentará a capacidade do banco central do Afeganistão, Da Afghanistan Bank (DAB), para a regulamentação e supervisão do sistema financeiro, incluindo o fortalecimento do seguro de depósito, infraestrutura

financeira (por exemplo, crédito público registro e registro de garantias) e modernização da tecnologia da informação do DAB. Isso fortalecerá a estabilidade do sistema financeiro e facilitará a intermediação financeira.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/09/28/world-bank-100-million-to-stabilize-afghanistans-financial-sector-and-spur-economic-recovery>

Filipinas

No dia 28 de setembro de 2020, o Banco Mundial aprovou um empréstimo de US \$ 600 milhões para o *Projeto de Proteção Social do Beneficiário das Filipinas FIRST* para fornecer apoio contínuo ao Departamento de Bem-Estar Social e Desenvolvimento (DSWD) para implementar o *Programa Pantawid Pamilyang Pilipino (4Ps)* e Transformação de Serviço Inovadora e Responsiva (FIRST) para os beneficiários. Espera-se que pelo menos 4 milhões de famílias se beneficiem de um novo projeto projetado para proteger o bem-estar das famílias de baixa renda afetadas pela COVID-19 e permitir que o governo aproveite as ferramentas digitais para transformar a prestação de proteção social nas Filipinas.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/09/28/world-bank-approves-a-usd600-million-new-project-to-help-cushion-the-pandemics-impact-on-poor-households-in-the-philippines>

República do Quirguistão

No dia 28 de setembro de 2020, a Diretoria Executiva do Banco Mundial o seguinte projeto: Financiamento Adicional para o Projeto de Investimento da Terceira Vila (Resposta COVID-19) para a República do Quirguistão. Os objetivos de desenvolvimento do projeto são construir capacidade local para o desenvolvimento participativo e melhorar o acesso a serviços de infraestrutura comunitária de qualidade. O Financiamento Adicional intensificará o apoio às comunidades nas regiões de Naryn, Issyk-Kul, Chui e Talas do país, fornecido no âmbito do projeto principal. As comunidades rurais em 222 dos 266 subdistritos serão elegíveis para receber apoio para reconstruir os meios de subsistência afetados pela COVID-19 e para atender às suas necessidades relacionadas com a saúde.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/loans-credits/2020/09/28/additional-financing-for-the-third-village-investment-project-for-the-kyrgyz-republic>

Haiti

No dia 30 setembro de 2020, o BM aprovou hoje US \$ 6,9 milhões em financiamento adicional para o projeto Haiti: **Energia Renovável para Todos**. Este financiamento visa aumentar os investimentos em energia renovável para expandir e melhorar o acesso à eletricidade para infraestrutura de saúde, residências, empresas e serviços comunitários.

O setor elétrico representa um grande obstáculo ao desenvolvimento econômico e à resposta de emergência e recuperação de choques no Haiti. Os hospitais do país dependem fortemente de geradores a diesel de reserva, já que a eletricidade da rede geralmente está disponível apenas por algumas horas por dia. A falta de eletricidade confiável está restringindo a eficiência dos laboratórios para testar a COVID-19, limitando a distribuição e armazenamento seguro de medicamentos (e, eventualmente, vacinas), e pode proibir o uso de equipamentos salva-vidas, como concentradores de oxigênio.

O financiamento adicional de US \$ 6,9 milhões para o projeto Haiti: Energia Renovável para Todos em andamento permitirá ao governo haitiano expandir o fornecimento de eletricidade limpa e confiável para pelo menos quatro centros de saúde prioritários envolvidos na resposta à pandemia. Isso incluirá a instalação de energia solar fotovoltaica e armazenamento de energia de bateria para infraestrutura de saúde e instalações de água. O projeto também completará a reabilitação da mini usina hidrelétrica de Drouet no Departamento de Artibonite, que fornecerá eletricidade limpa e confiável para as comunidades vizinhas e para a rede regional.

US \$ 4 milhões do financiamento adicional é uma doação da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) do Banco Mundial e US \$ 2,9 milhões são doados do Fundo Fiduciário do Programa de Assistência à Gestão do Setor de Energia. O projeto Haiti: Energia Renovável para Todos foi lançado em março de 2018 graças a uma doação de US \$ 19,62 milhões do Fundo Estratégico para o Clima.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/09/30/world-bank-supports-sustainable-renewable-energy-for-priority-healthcare-facilities-responding-to-covid-19>

Colômbia

No dia 30 de setembro de 2020, o Banco Mundial aprovou um empréstimo de US \$ 500 milhões para garantir a continuidade e o acesso a serviços básicos de infraestrutura para os grupos mais vulneráveis da Colômbia. O financiamento também promoverá o desenvolvimento de uma infraestrutura resiliente e sustentável em resposta à crise da COVID-19.

A crise provocada pela pandemia exerceu forte pressão sobre as empresas prestadoras de serviços básicos, como energia elétrica, água e saneamento e transporte público. Também impactou o desenvolvimento da infraestrutura. Este empréstimo visa apoiar o governo colombiano em seus esforços para enfrentar os efeitos da crise nos setores vulneráveis, estabelecer diretrizes de política para a recuperação econômica e promover reformas que promovam o desenvolvimento de energia limpa e transporte sustentável.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/09/30/colombia-recvira-apoyo-para-infraestructura-resiliente-y-sostenible>

Fundo Monetário Internacional

Documento: Monitor Fiscal – capítulo 2: Investimento Público para a Recuperação –outubro 2020.

No dia 5 de outubro foi publicado o capítulo 2 do novo Monitor Fiscal 2020. Nesta edição, discute-se por que é necessário mais investimento público, qual o impacto potencial do investimento público sobre o crescimento e o emprego e como os governos podem garantir que o investimento apoie a recuperação.

Enquanto os governos mantêm o foco em lidar com a emergência de saúde e fornecer linhas de vida para famílias e empresas, precisam preparar as economias para a transição para o mundo pós-COVID-19 - inclusive ajudando as pessoas a voltarem



ao trabalho. O investimento público tem um papel central a desempenhar. O novo Monitor Fiscal mostra que o aumento do investimento público em economias de mercado avançadas e emergentes pode ajudar a reviver a atividade econômica do colapso econômico global mais agudo e profundo da história contemporânea. Também pode criar milhões de empregos diretamente no curto prazo e milhões mais indiretamente durante um período mais longo.

Aumentar o investimento público em 1 % do PIB poderia fortalecer a confiança na recuperação e impulsionar o PIB em 2,7 %, o investimento privado em 10% e o emprego em 1,2 % se os investimentos forem de alta qualidade e se os encargos da dívida pública e privada existentes não enfraquecerem a resposta do setor privado ao estímulo.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2020/09/30/october-2020-fiscal-monitor>

Relatório: A Arquitetura Internacional para Resolver a Dívida Soberana Envolvendo Credores do Setor Privado - Desenvolvimentos Recentes, Desafios e Opções de Reforma

O relatório foi publicado no dia 1 de outubro. Nele observa-se que houve desenvolvimentos significativos na reestruturação da dívida soberana envolvendo credores do setor privado desde a última avaliação do FMI em 2014. Embora a abordagem contratual atual tenha sido amplamente eficaz na resolução de casos de dívida soberana desde 2014, ela apresenta lacunas que podem representar desafios em futuras reestruturações.

No futuro, o FMI tem um rico programa de trabalho sobre dívida soberana no qual revisará suas políticas relevantes e colaborará estreitamente com o Banco Mundial, quando necessário. Fortalecer a gestão ex ante da dívida por meio de assistência técnica contínua do FMI e do Banco Mundial; revisão da política de limites de endividamento; revisão da análise de sustentabilidade da dívida para países com acesso ao mercado e rever as políticas de mora. Essas são ações prioritárias para o Fundo.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2020/09/30/The-International-Architecture-for-Resolving-Sovereign-Debt-Involving-Private-Sector-49796>

Artigo: A Reforma da Arquitetura da Dívida Internacional é Urgentemente Necessária

Este artigo, publicado em 5 de outubro de 2020, foi escrito pela diretora do FMI – e colaboradores, com base numa pesquisa recente intitulada: Custos da inadimplência soberana: estratégias de reestruturação e o canal de crédito-investimento⁴ e no relatório **A Arquitetura Internacional para Resolver a Dívida Soberana Envolvendo Credores do Setor Privado - Desenvolvimentos Recentes, Desafios e Opções de Reforma**.

A pandemia COVID-19 elevou os níveis de endividamento a novos patamares. Em comparação com o final de 2019, os coeficientes de dívida médios de 2021 devem aumentar em 20% do PIB nas economias avançadas, 10% do PIB nas economias de mercado emergentes e cerca de 7% nos países de baixa renda. Esses aumentos se somam a níveis de dívida que já eram historicamente altos. Embora muitas economias avançadas ainda tenham capacidade de tomar empréstimos, os mercados emergentes e os países de baixa renda enfrentam limites muito mais rígidos em sua capacidade de endividar-se adicionalmente.

Na verdade, cerca de metade dos países de baixa renda e várias economias de mercado emergentes já estavam em ou em alto risco de uma crise da dívida, e o aumento adicional da

⁴Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3557035

dívida é alarmante. No momento em que estão começando a se recuperar da pandemia, muitos desses países podem sofrer uma segunda onda de dificuldades econômicas, desencadeada por inadimplência, fuga de capitais e austeridade fiscal.

Prevenir essa crise pode fazer a diferença entre uma década perdida e uma recuperação rápida que coloca os países em uma trajetória de crescimento sustentável. Como a pesquisa do FMI mostrou recentemente, esperar para reestruturar a dívida até que ocorra um default está associado a quedas maiores no PIB, investimento, crédito do setor privado e entradas de capital do que reestruturações preventivas de dívida.

Nenhuma crise da dívida aconteceu ainda graças a ações políticas decisivas por parte de bancos centrais, autoridades fiscais, credores bilaterais oficiais e instituições financeiras internacionais nos primeiros dias da pandemia. Essas ações, embora essenciais, estão rapidamente se tornando insuficientes.

Quais áreas precisam de ação?

A Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida deve ser estendida até 2021. Caso contrário, seus atuais destinatários serão obrigados a recorrer a medidas de austeridade para poderem retomar o serviço da dívida, agravando o sofrimento humano já causado pela crise. A extensão da iniciativa deve fornecer incentivos para enfrentar problemas de dívida insustentáveis com antecedência.

Os países com vulnerabilidades da dívida devem enfrentá-los com urgência por meio de uma combinação de gestão da dívida e medidas para restaurar o crescimento. Onde a dívida é insustentável, ela deve ser reestruturada, quanto mais cedo melhor.

Talvez o **mais importante seja a necessidade de reformar** a “arquitetura” da dívida internacional, que compreende contratos de dívida soberana, instituições como o FMI e o Clube de Paris e estruturas de política que apoiam a reestruturação ordenada da dívida. O objetivo é proporcionar alívio da dívida rápido e suficientemente profundo aos países que dele necessitem, beneficiando não apenas esses países, mas o sistema como um todo.

Disponível em: <https://blogs.imf.org/2020/10/01/reform-of-the-international-debt-architecture-is-urgently-needed/>

Iniciativas por país

Colômbia

Devido à pandemia, a Colômbia está enfrentando sua primeira recessão em duas décadas - e a pior já registrada. Nesse contexto, o governo colombiano sinalizou sua intenção de recorrer a uma Linha de Crédito Flexível (FCL)⁵. Com isso, seria o primeiro país a utilizar esses recursos desde a criação da linha, em 2009.

⁵ A Linha de Crédito Flexível (FCL) foi projetada para atender à demanda por empréstimos para prevenção e mitigação de crises para países com estruturas de política muito fortes e histórico de desempenho econômico. Esse instrumento foi criado como parte do processo de reforma da forma como o FMI empresta dinheiro a países que se encontram em situação de crise de caixa, com o objetivo de adequar seus instrumentos de empréstimo às diversas necessidades e circunstâncias dos países membros. Até o momento, cinco países, Chile, Colômbia, México, Peru e Polônia, usaram o FCL. [1]. Embora nenhum dos países até agora tenha adotado essas linhas, o FCL forneceu um apoio valioso para esses países e ajudou a aumentar a confiança do mercado durante o período de riscos elevados. Disponível em:

Um país com sólidos fundamentos econômicos subjacentes, a Colômbia mantém um acordo de Linha de Crédito Flexível (FCL) com o FMI desde 2009 e o renovou mais recentemente em maio. No dia 25 de setembro de 2020, o Conselho Executivo do FMI aprovou um pedido de aumento em cerca de US \$ 6,2 bilhões, para um total de US \$ 17,2 bilhões.

Dados os efeitos imprevistos desta pandemia, as necessidades do balanço de pagamentos da Colômbia são maiores do que o esperado. A linha de crédito maior ajuda a resolver isso. Como um instrumento flexível, a linha de crédito flexível ajudará a atender às necessidades reais e potenciais do balanço de pagamentos. Combinado com o nível confortável de reservas internacionais da Colômbia fornece o seguro adicional contra riscos externos elevados. Se o país decidir usá-los, esses recursos também fornecerão suporte ao orçamento e ajudarão a atender a necessidades de financiamento externo imprevistas.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/09/25/na092520-expanded-flexible-credit-line-will-help-colombia-cope-with-covid-19>

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Eventos

ALIDE avaliará a resposta dos Bancos de Desenvolvimento da América Latina ao COVID-19



A Assembleia Geral da ALIDE (Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento) vai reunir o Sistema de Bancos de Desenvolvimento da América Latina e Caribe para avaliar em encontro digital o desempenho dos bancos de desenvolvimento na mitigação da crise do COVID-19 e o caminho para a recuperação econômica. Representantes de alto nível das instituições financeiras discutirão as várias experiências enfrentadas durante a pandemia.

O encontro será realizado nos dias 7, 9, 13 e 15 de outubro e consistirá em uma série de eventos digitais. No âmbito da Assembleia Geral, será definida a posição do Sistema de Bancos de Desenvolvimento da América Latina no debate internacional sobre a crise da COVID-19. Desta forma, o encontro está enquadrado no contexto da Finance in Common, a cúpula mundial sobre financiamento do desenvolvimento que se realizará em novembro.

Como instrumento de política pública para os governos, o Sistema do Banco de Desenvolvimento enfrenta o desafio de mitigar os danos causados pela crise nos setores produtivos e sociais. Mas também a oportunidade de estabelecer uma resposta estratégica que

<<https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/08/01/20/40/Flexible-Credit-Line>>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

direcione o financiamento para um novo ciclo de desenvolvimento, com ênfase no crescimento sustentável e inclusivo.

A Assembleia Geral visa extrair lições dos bancos para a concretização do novo ciclo de desenvolvimento. É co-organizado pela ALIDE com renomadas entidades financeiras internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o International Development Finance Club (IDFC) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) do Brasil.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/alide-will-evaluate-response-latin-american-development-banks-covid-19>

Presidente do BID reúne-se com Banco Mundial e chefes do FMI para maximizar a resposta ao COVID-19

No dia 1 de outubro, o presidente BID, Mauricio Claver-Carone, realizou uma reunião virtual com o presidente do Banco Mundial, David Malpass, e a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, para discutir propostas para aprimorar e alinhar seus esforços de resposta à COVID-19 na América Latina e Caribe.

Os líderes discutiram a criação de plataformas conjuntas de países, uma iniciativa proposta no G20 que maximizaria as contribuições dos parceiros de desenvolvimento como um grupo para cada país em questão, inclusive por meio de uma melhor coordenação e esforços para mobilizar o investimento do setor privado.

Os três líderes também levantaram a questão da sustentabilidade da dívida e definiram um plano para que suas instituições abordassem o assunto em conjunto e fossem os mais responsivos possível aos seus clientes na região. *“Por ser a região mais atingida pelo COVID-19 e suas consequências econômicas, a América Latina e o Caribe exigem uma resposta multilateral conjunta para priorizar ações e maximizar os recursos”*, disse Claver-Carone.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-president-meets-world-bank-imf-heads-maximizing-covid-19-response>

Iniciativas por país

Brasil

No dia 24 de setembro, foi aprovado em empréstimo de 750 milhões de dólares para o Brasil. O objetivo é que o país mantenha a sustentabilidade financeira de curto prazo e promova a recuperação econômica de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) para apoiar o emprego e enfrentar a crise da COVID-19.

O projeto tem uma abordagem multissetorial por meio de financiamento produtivo com desembolsos baseados na demanda de linhas de crédito que devem beneficiar mais de 11.000 MPMEs afetadas pela crise.

Os recursos do programa serão usados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para fornecer financiamento a MPMEs por meio de uma rede de instituições financeiras credenciadas para compensar a escassez de capital de curto prazo, superar problemas temporários de liquidez e dar continuidade às suas operações. Também promoverão a recuperação do investimento produtivo e a aquisição de ativos voltados para a produção, como máquinas, equipamentos, veículos e bens e serviços para a produção.

De acordo com uma pesquisa recente sobre o impacto da COVID-19 nas pequenas empresas, 88,9% dos empresários brasileiros relataram queda na receita - de 69% em média - em comparação com uma semana normal. Além disso, 58,9% disseram que haviam fechado temporariamente e quase 68,1% disseram que precisavam de financiamento para continuar operando sem reduzir o quadro de funcionários.

Nesse contexto, esse financiamento é um fator essencial para ajudar a aumentar as chances das MPMEs com vantagem competitiva de entrar, se consolidar e se manter no mercado. Também pode ajudá-los a reduzir as lacunas de produtividade, disponibilizando recursos que podem ser usados para modernizar a produção e alcançar novos mercados. Outra meta do programa é garantir a sobrevivência das MPMEs em um contexto de choques adversos, principalmente em meio à restrição do crédito em tempos de crise.

O empréstimo do BID de US \$ 750 milhões tem prazo de 25 anos, período de carência de cinco anos e meio e taxa de juros baseada na LIBOR e tem contrapartida local de US \$ 150 milhões.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/brazil-uphold-msmes-financial-sustainability-during-covid-19-crisis>

Resposta da OEA à COVID-19

Luana Bermudez

Secretaria Geral

Foi realizado no dia 23 de setembro um evento paralelo na 75ª AGNU sobre o Pacto Global sobre Refugiados e Deslocamento Forçado na América Central: Cooperação Regional e MIRPS como uma solução. MIRPS é o Marco Integral Regional para Proteção e Soluções, que tem como objetivo proteger e dar soluções duradouras a refugiados, solicitantes de asilo, deslocados internos e retornados com necessidades de proteção da América Central e México. O MIRPS é composto por Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México e Panamá, que recebem o apoio da OEA e ACNUR como secretaria técnica, além de mais de 70 organizações nacionais e internacionais e 10 mecanismos de coordenação regionais e internacionais. Além disso conta com uma Plataforma de apoio composta por Argentina, Brasil, Canadá, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Suécia, Suíça e União Europeia. Essa plataforma é presidida pela Espanha e busca dar visibilidade à crise de deslocamento forçado da região.

O evento contou com a participação de diversas autoridades e representantes da OEA, ACNUR, Cepal, e Estados membros.

Almagro lembrou que há vários fatores desempenhando um papel no deslocamento massivo que temos na região da América Central, como violência. Pobreza, desigualdade, falta de segurança alimentar etc. Destacou também que os Estados membros e organismos internacionais tem uma responsabilidade compartilhada para proteger essas pessoas, que tiveram suas situações mais vulnerabilizadas com a pandemia. Disse ainda que o MIRPS é essencial para resolver este desafio e que precisamos de soluções regionais dos problemas que transcendem fronteiras.

https://www.facebook.com/watch/live/?v=997859533973608&ref=watch_permalink

Além disso a OEA, anunciou que vai realizar virtualmente o 50º Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, que é o órgão supremo da organização. O tema da Assembleia será *"Enfrentando os desafios da COVID-19 no Hemisfério: um enfoque colaborativo para abordar vulnerabilidades e construir resiliência em tempos de crise, com base nos quatro pilares da OEA."*

https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=AVI-129/20

http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm#ch9

Foram realizados também dois webinars, um sobre Lições aprendidas e boas práticas em biossegurança durante a pandemia com o objetivo de abrir um espaço de diálogo para que organizações multilaterais e alfandegas de outros hemisférios apresentem e debatam as medidas de biossegurança que implementaram para mitigar o impacto da pandemia no fluxo de bens transnacionais. E o segundo foi para apresentar a proposta de Lei Modelo 2.0 de Acesso à Informação Pública, aprovada pelo Comitê Jurídico Inter-americano em março de 2020.

<https://www.oas.org/ext/es/principal/covid-19/Foros-Virtuales/ArtMID/3478/ArticleID/3665/Seguridad-Fronteriza-y-Aduanas-lecciones-aprendidas-y-buenas-pr%C3%A1cticas-en-bioseguridad-durante-la-pandemia>

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

Conforme informado no relatório anterior, a CIDH abriu no dia 25 de setembro o chamado para apresentações de candidatos ao processo de seleção de um(a) novo(a) Secretário(a) Executivo(a).

<http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2020/233.asp>

Em um comunicado aos Estados Membros, a CIDH pediu garantir atenção e tratamento em saúde mental na adoção de políticas públicas para enfrentar a pandemia, destacando o impacto substantivo da crise na saúde mental da população do nosso continente.

<http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2020/243.asp>

Além disso, a CIDH realizou, no dia 23 de setembro, um webinar sobre Liberdade de expressão e acesso à informação durante a pandemia.

http://www.oas.org/es/cidh/SACROI_COVID19/webinars.asp#prettyPhoto

Resposta ao Movimento dos Não Alinhados (MNA) e do G-77 à COVID 19

Regina Ungerer

Os países do Movimento dos Não Alinhados (MNA) são formados por quase dois terços dos Estados Membros das Nações Unidas representando mais da metade da população mundial. Os membros estão particularmente concentrados nos países considerados em desenvolvimento embora o NAM também tenha um número de países desenvolvidos.

O grupo reúne-se regularmente e mantém o secretariado no país que detém a sua presidência. Desde 2019, o secretariado está a cargo do Governo do Azerbaijão.

O G-77 se tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados.

Atualmente, a República Cooperativa da Guiana ocupa a Presidência do Grupo dos 77 em Nova York para o ano de 2020.

A Cúpula do Sul é o órgão supremo de tomada de decisões do G-77.

Com o início da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA), o Representante da Turquia, o diplomata Volkan Bozkir assumiu a presidência da UNGA para o período de um ano.

O tema principal da UNGA 75 é o multilateralismo.

Em seu discurso de abertura, o **Secretário Geral da ONU, António Guterres afirmou** que por 75 anos, a ONU estabeleceu relacionamentos cooperativos e produtivos para a solução de problemas globais e do bem comum. Colocou-se em prática normas e acordos vitais para proteger os direitos humanos. Definiu-se metas ambiciosas para o desenvolvimento sustentável e traçou-se um caminho para uma relação mais equilibrada entre o clima e o mundo natural. Além disso, bilhões de pessoas emergiram do colonialismo e milhões foram tirados da pobreza. E agora, todos devem se comprometer com a construção de um mundo mais inclusivo e sustentável.

No entanto, no início de 2020, todos foram pegos de surpresa por um vírus responsável pela pandemia da doença do coronavírus (COVID-19) que teve e continua tendo um impacto impressionante em indivíduos, comunidades e sociedades, com os mais vulneráveis desproporcionalmente afetados. A pandemia demonstrou a fragilidade do nosso mundo. Ela revelou riscos ignorados por décadas: sistemas de saúde inadequados; lacunas na proteção social; desigualdades estruturais; degradação ambiental e uma enorme crise climática.

Em junho de 2020, o Secretário-Geral lançou a Resposta Abrangente das Nações Unidas ao COVID-19: Salvando Vidas, Protegendo Sociedades, Recuperando Melhor.

António Guterres reafirmou que a recuperação da COVID-19 deve ser necessariamente acompanhada por ações climáticas. Neste sentido, a pandemia do COVID-19 tornou a promessa da Agenda 2030 mais relevante e mais vital do que nunca. Para nos recuperarmos melhor, devemos nos recuperar juntos - não há outra maneira.

E como o tema principal da UNGA 75 é multilateralismo, à medida que o mundo for emergindo desta pandemia, deve-se estar atento para não voltar a um mundo em que somente alguns têm a oportunidade de prosperar. Será necessário um novo contrato social dentro dos países e um novo acordo global entre os Estados Membros. Será necessária uma nova governança global, sistemas financeiros e comerciais reequilibrados, provisão eficaz de bens públicos globais essenciais e tomada de decisões orientada por padrões de sustentabilidade.

Segundo Guterres, a recuperação da COVID-19 e a renovação do multilateralismo deve se basear na globalização justa, nos direitos e na dignidade de cada ser humano, na vida em equilíbrio com a natureza, na consideração dos direitos das gerações futuras e no sucesso medido em vidas e bens humanos, em vez de termos econômicos.

Enquanto o mundo luta com os efeitos da COVID-19, tem-se a oportunidade de construir um mundo mais igualitário. Isso significa criar um novo contrato social - integrando educação, emprego, desenvolvimento sustentável e proteção social - baseado na igualdade de direitos e oportunidades para todos. Os sistemas de proteção social para o futuro devem incluir cobertura universal de saúde e promover o emprego das mulheres e a igualdade de gênero, investimento em serviços públicos e economias que trabalhem para as pessoas e o planeta.

Precisa-se também de um novo acordo entre todos, em que a governança global e os sistemas financeiros e comerciais sejam reequilibrados e as decisões sejam orientadas por padrões de sustentabilidade, ressaltando a Agenda 2030.

COVID-19 é uma tragédia humana, mas também uma oportunidade geracional. Todos devem assumir o compromisso de reconstruir melhor, mantendo a visão e a determinação refletidas na Carta assinada há 75 anos, que continua a guiar nosso caminho juntos.

No dia 05 de outubro de 2020, foi realizado um evento paralelo na UNGA 75 intitulado “Protecting Human Rights during the Covid 19 crisis and beyond: Digital Pandemic Surveillance and the right to privacy” (abaixo).

10:00AM - 11:30AM EDT
MONDAY OCT 5 2020

UNGA75 HIGH-LEVEL SIDE EVENT

Protecting Human Rights During the COVID-19 Crisis and Beyond: Digital Pandemic Surveillance and the Right to Privacy

WATCH LIVE: <https://accessnow.org/unga75-side-event>

WELCOMING REMARKS		CO-ORGANIZED BY	
H.E. Silvio Gonzato Ambassador, Deputy Head of Delegation, Delegation of the European Union	H.E. Ville Skinnari Minister for Development Cooperation and Foreign Trade, Finland		
DISCUSSION MODERATED BY		accessnow	
Ms. Patricia Adusei-Poku Commissioner and Executive Director of the Data Protection Commission, Ministry of ICT of Ghana	Ms. Peggy Hicks Director, UN Human Rights	CO-SPONSORED BY	
SPEAKERS			
Dr. Eduardo Bertoni Director, Agencia de Acceso a la Información Pública	WITH COMMENTS FROM		
Ms. Fanny Hidvégi Europe Policy Manager, Access Now	H.E. Anne Marie Engtoft Larsen Tech Ambassador of the Kingdom of Denmark		
Mr. Robert Kirkpatrick Director, UN Global Pulse	H.E. Sang-beom LIM Ambassador, Deputy Permanent Representative, Permanent Mission of the Republic of Korea to the United Nations in Geneva		
Ms. Alexandria Walden Global Policy Lead for Human Rights and Free Expression, Google	H.E. Henry Verdier French Ambassador for Digital Affairs		

G20

FALTAM 45 DIAS PARA O ENCONTRO DE LÍDERES DO G20, 21 E 22 DE NOVEMBRO DE 2020

A Cúpula dos Líderes do G20 de 2020 será realizada virtualmente nos dias 21 e 22 de novembro e será presidida pelo rei Salman bin Abdulaziz Al Saud.

A Presidência do G20 se baseará no sucesso da extraordinária Cúpula virtual de Líderes do G20, realizada em março, e nos resultados de mais de 100 grupos de trabalho virtuais e reuniões ministeriais.

O G20 está liderando a luta contra essa pandemia global; tomando ações rápidas e sem precedentes para proteger vidas, meios de subsistência e os mais vulneráveis. O G20 contribuiu com mais de US\$ 21 bilhões para apoiar a produção, distribuição e acesso a diagnósticos, terapêuticas e vacinas; injetou US\$ 11 trilhões para salvaguardar a economia global e lançou uma iniciativa de suspensão da dívida para os países menos desenvolvidos que permitiria aos países beneficiários adiar US\$ 14 bilhões em pagamentos de dívidas devidos este ano e usar esses montantes para financiar seus sistemas de saúde e programas sociais.

A próxima Cúpula de Líderes do G20 se concentrará em proteger vidas e restaurar o crescimento, abordando vulnerabilidades descobertas durante a pandemia e estabelecendo as bases para um futuro melhor. O Summit também se concentrará em fomentar ações internacionais para que as oportunidades do século 21 sejam para todos, capacitando as pessoas e protegendo nosso planeta, ao mesmo tempo em que aproveita o potencial da inovação para moldar novas fronteiras.

27 de setembro de 2020

Cúpula S20 foca na Saúde Do Futuro, Economia Circular e Desenvolvimento Digital

https://g20.org/en/media/Documents/G20SS_PR_G20%20S20_EN.pdf

A Cúpula da Ciência 20 (S20) foi convocada virtualmente em 26 de setembro, e contou com a presença de vários ministros sauditas; o Ministro da Saúde, o Ministro da Comunicação e Tecnologia da Informação, o Ministro da Educação, o Ministro da Indústria e Recursos Minerais e o Vice-Ministro da Economia e Planejamento em nome do Ministro.

Dr. Anas Alfaris, presidente do S20 e presidente da Cidade de Ciência e Tecnologia do Rei Abdulaziz (KACST), foi acompanhado por cientistas líderes, representantes do S20 e organizações internacionais proeminentes. Sob a Presidência saudita do G20, o S20 se concentrou no futuro da saúde, da economia circular e na revolução digital e suas previsões. Ao propor soluções orientadas pela ciência para os desafios mais urgentes do mundo, o S20 desempenha um papel essencial na garantia do apoio de soluções científicas e pesquisas aplicadas para combater a pandemia COVID-19.

Ao final da Cúpula, o Ministro da Saúde, Dr. Tawfiq AlRabiah, recebeu as recomendações do S20 em nome do Guardião das Duas Mesquitas Sagradas Rei Salman Bin Abdulaziz Al Saud.

28 de setembro de 2020

Esforços baseados na promoção do investimento em infraestrutura, 4ª Reunião do Grupo de Trabalho em Infraestrutura do G20 sob a Presidência saudita.

https://g20.org/en/media/Documents/G20SS_PR_G20%20IWG_EN.pdf

O grupo discutiu sua contribuição para o Plano de Ação do G20, os marcos regulatórios para a participação do setor privado e o caminho a seguir para múltiplas atividades em andamento, incluindo a Agenda Ryiad sobre InfraTech do G20: “Investimento e Princípios em Infraestrutura de Qualidade” (QII) e os novos modelos de financiamento do setor.

Em concordância com a reunião anterior de ministros das Finanças do G20 e governadores dos Bancos Centrais (FMCBGs), endossaram o primeiro Plano de Ação do G20 de abril de 2020 e se comprometeram com rever regularmente a faixa de implementação, atualização e relatório sobre o progresso do Plano de Ação para as próximas reuniões da FMCBGs e na Cúpula dos Líderes do G20 em novembro de 2020.

Os FMCBGs reconheceram os méritos de incluir dois compromissos de IWG no Plano de Ação: (1) aumentar a resiliência da infraestrutura contra riscos, incluindo pandemias, e promover investimentos de infraestrutura de qualidade como acelerar os esforços para mobilizar fontes privadas de financiamento para infraestrutura, visando aumentar a produtividade, elevar o crescimento, promover a criação de empregos e, (2) listar todas as lições relevantes aprendidas. O IWG discutiu também o progresso feito sob esses compromissos.

27-28 de setembro de 2020

Comunicado do Encontro de Ministros de Energia do G20

https://g20.org/en/media/Documents/G20SS_Energy%20Ministerial%20Communique.pdf

Reconhece que a crise atual, além de seus impactos diretos na saúde, economia e no setor social, tem contribuído para a desestabilização dos mercados globais de energia. Nota-se também os efeitos desproporcionais que a pandemia teve sobre os povos e comunidades mais vulneráveis, o que reforça a necessidade de garantir que os esforços de recuperação do setor energético não deixem ninguém para trás.

Ressalta que os desafios imediatos trazidos pela pandemia não amorteceram a determinação em avançar em nossos esforços, explorando uma variedade de opções e utilizando a mais ampla variedade de tecnologias e combustíveis de acordo com o contexto nacional para garantir um fornecimento estável e ininterrupto de energia para alcançar o crescimento econômico. Reafirma os compromissos de líderes do G20 feitos na Cúpula de Osaka em 2019 que reconhece a importância de liderar as transições energéticas para realizar o "3E+S" (Segurança Energética, Eficiência Econômica e Meio Ambiente + Segurança). Nota a reafirmação dos compromissos assumidos em Buenos Aires para a implementação integral do Acordo de Paris pelos países que escolheram, em Buenos Aires, implementá-lo.

Assuntos relevantes

Economia de carbono circular para sistemas de energia mais limpos e mais sustentáveis

Acesso à energia

Segurança energética e estabilidade de mercados

Grupo focal para energia

29 de setembro de 2020

Presidência saudita do G20 e Fundo Monetário Internacional convocam um evento ministerial sobre "melhorar o acesso a oportunidades nos países árabes"

https://g20.org/en/media/Documents/G20SS_PR_G20%20IMF_EN1_10.pdf

A Presidência saudita do G20 e o Fundo Monetário Internacional (FMI) realizaram um evento virtual de alto nível em 30 de setembro de 2020 sobre "Melhorar o Acesso às Oportunidades nos Países Árabes" para promover o diálogo sobre o aumento do acesso à oportunidade, especialmente para uma forte recuperação após a pandemia COVID-19.

2 de outubro de 2020

A Cúpula do U20 (Urban) encoraja as Cidades Inclusivas e Sustentáveis

https://g20.org/en/media/Documents/G20SS_PR_U20_EN.pdf

A Cúpula do U20 reuniu prefeitos de cidades dos países do G20, cidades observadoras não-G20 e representantes de várias organizações internacionais. As discussões se concentraram em diversos temas urbanos propondo soluções urbanas inovadoras e ambientalmente corretas para se recuperar dos efeitos da pandemia COVID-19 e manter sociedades saudáveis.

O U20, em apoio a sociedades inclusivas e prósperas: "É mais importante do que nunca que os representantes das cidades participem de plataformas multilaterais internacionais; dado que essas plataformas discutem uma ampla gama de necessidades dos cidadãos diariamente, e têm amplo conhecimento dos principais desafios e oportunidades relacionadas a múltiplas questões globais urgentes, incluindo infraestrutura, cidades inteligentes, sociedades civis, energia, inovação e muitas outras áreas relacionadas à sociedade urbana."

4 de outubro de 2020

Parceria Global do G20 para Inclusão Financeira cumpre seu programa de trabalho sob a Presidência saudita do G20

https://g20.org/en/media/Documents/G20SS_PR_G20%20GPFI_EN.pdf

As Diretrizes de Política de Alto Nível do G20 são apoiadas por três relatórios: Avanço da Inclusão Financeira Digital da Juventude; Avanço da Inclusão Financeira Digital das Mulheres; e Promovendo o Financiamento Digital e Inovador de PME, que estão publicados em www.gpfi.org.

T20

A Temporada de Cúpula do T20 continua.

Dia **22 de setembro** houve um webinar da Força Tarefa 2: Mudanças Climáticas e Meio Ambiente, coorganizado pelo Secretariado Saudita do T20 e pelo Instituto de Economia da Energia, no Japão.

O evento foi apresentado por Noura Mansouri e Amar Bhattacharya, com comentários de Marzio Galeotti (perspectivas da Itália, próxima presidência do G20) e de Fahad Alturki, coordenador do T20 Saudita. Este webinar contou com "O Mundo do Plástico", de Fahad Al Gethami, um comentário sobre o uso excessivo de plásticos no mundo moderno.

Dia **29 de setembro** a Força Tarefa 3: Investimento e Financiamento em Infraestrutura realizou um rico painel de discussão co-organizado pelo Secretariado T20 saudita e pelo Asian Development Bank Institute (ADBI), com os seguintes temas-chave:

- Impulsionando investimentos do setor privado em infraestrutura
- Melhoria da eficiência da infraestrutura
- Responsabilidade e Transparência na Infraestrutura
- Covid-19 e Capacidades de Reposição em Infraestrutura
- Engajar organizações econômicas internacionais e melhorar a infraestrutura global

Dia **1 de outubro** a Força Tarefa 4 sobre Coesão Social e o Estado junto com o Conselho Argentino de Relações Internacionais (CARI) realizaram o Webinar da Temporada com os temas:

- Olhando além da Covid-19: Preparação global para combater futuras pandemias através de esforços conjuntos
- Compartilhamento de poder Não Captura de Poder: Participação sistemática de autoridade e responsabilidade na governança para construir sociedades cooperativas
- Enfrentando a Lacuna de Riqueza Crescente: Como a reforma tributária e o painel de “re-acoplamento” são divisores de águas na mitigação das desigualdades econômicas
- Investir em mobilidade social: educação infantil e dignificar trabalhadores migrantes pode abrir portas para o movimento ascendente para os futuros trabalhadores

No **dia 6 de outubro** a Secretaria Saudita do T20 e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizarão o Webinar da Temporada de Cúpula T20 da Força Tarefa 6 sobre Economia, Emprego e Educação na Era Digital. Relevando os seguintes temas:

- Além da Proteção por Senha – Honrando identidades pessoais e mantendo autonomia em ciber-segurança
- O Futuro Digital e Bem-Estar
- CTRL – ALT – ATIVAR – Re-imaginando e Inspirando Novos Caminhos para Todos

Os webinars completos das Forças-Tarefa estão ao vivo no Canal do YouTube e um resumo está disponível em nosso site (<https://t20saudiarabia.org.sa/en/Pages/default.aspx>). A publicação de resumos de políticas continua, e na última semana foram adicionados a produção das Forças-Tarefa 3 e 4.

OCDE

29 de setembro de 2020

Lançamento do Perspectivas de Negócios e Finanças da OCDE 2020

<http://www.oecd.org/finance/Sustainable-and-resilient-finance.htm>

A edição de 2020 do Perspectivas de Negócios e Finanças da OCDE tem como foco finanças sustentáveis e resilientes, em especial os fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) que estão rapidamente se tornando parte das finanças tradicionais. Avalia as práticas atuais do ESG e identifica prioridades e ações para melhor alinhar os investimentos com valor sustentável e de longo prazo – especialmente a necessidade de dados mais consistentes, comparáveis e disponíveis sobre o desempenho do ESG.

30 de setembro de 2020

Documento: Biodiversidade e a resposta econômica ao COVID-19: Garantir uma recuperação verde e resiliente

https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=136_136726-x5msnju6xg&title=Biodiversity-and-the-economic-response-to-COVID-19-Ensuring-a-green-and-resilient-recovery

Discussão virtual: Uma recuperação do GREEN COVID: o papel das finanças

<https://oecd.tv/webtv-solution.com/players/cgldfUxFilV7XLbn545EDbmuEEoqZ4KHLsugMLPMqGxPRKudqi2ylz82EwDR7raRqQ4wabigCSoMi53Kxo7ygA>

1 de outubro de 2020

Opinião: De vacinas a uma cura global: por que a cooperação internacional é tão importante para parar o COVID-19 – Mark Pearson (OCDE)

<https://www.oecd-forum.org/posts/from-vaccines-to-a-global-cure-why-international-cooperation-is-so-important-for-stopping-covid-19>

A boa notícia é que a busca por uma vacina dá razão para otimismo, com cerca de 200 candidatos sob investigação, e algumas empresas, pesquisadores e governos já afirmam que uma vacina está próxima. Ainda assim, em quanto tempo uma vacina verdadeiramente segura e eficaz será disponibilizada permanece incerta. E quando forem encontrados, todos serão capazes de se beneficiar disso rapidamente e a um custo acessível? Esta é uma questão importante para as políticas públicas, e a resposta depende de algumas considerações fundamentais.

5 de outubro de 2020

Intensificando o apoio a uma recuperação segura e sustentável do turismo

<https://www.euronews.com/2020/10/04/stepping-up-support-and-coordination-for-a-safe-and-sustainable-recovery-of-tourism>

Os professores têm mesmo habilidades para ensinar digitalmente?

<http://oecd.org/coronavirus/en/#data>

Resposta do BRICS à COVID-19

Claudia Hoirisch

75ª AGNU: Conflito EUA-China, intervenções dos governantes dos BRICS, multilateralismo e assuntos gerais

Anátema para o caráter multilateral da ONU - explicando que era o melhor caminho a ser seguido pelos EUA e o mundo.

Ou seja, o presidente **americano** Donald Trump se retratou como um líder mundial benevolente e responsável⁶ e a China como o agressor mundial. Passa a idéia que a América está cumprindo seu destino como nação pacificadora. Trump enxerga a China como a nação mais responsável pelo surto de Covid-19 e, portanto, o país que mais merece o desprezo do mundo. Continua a se referir à China como um inimigo semelhante à Guerra Fria, com os EUA indicando o caminho a ser seguido para livrar o mundo deste mal.

Xi Jinping respondeu em um discurso pré-gravado que "qualquer tentativa de politizar" o combate ao novo vírus deveria ser rejeitada. Rejeitou qualquer tentativa de "estigmatização" em torno da pandemia do coronavírus. Ressaltou que a resposta à doença deve ser "orientada pela ciência" e destacou o papel fundamental da OMS muito criticada por Trump, no combate à crise. "O vírus será derrotado. A humanidade vencerá esta batalha", insistiu Xi.

Em resposta a uma provocação do SG da ONU, António Os ataques dos EUA contra a China permanecem uma constante nos discursos do presidente americano que voltou a se referir ao novo coronavírus como "vírus chinês". Acrescentou que Pequim não agiu para evitar que as pessoas infectadas deixassem o país no início da pandemia e disse que devemos responsabilizar a nação que desencadeou essa praga no mundo: a China. Declarou que "as Nações Unidas devem responsabilizar a China por suas ações" apesar de se mostrar sistematicamente como um oponente do multilateralismo e um crítico das Nações Unidas. Isso pode ser comprovado quando o presidente americano elogiou a abordagem "America First" em relação à política externa Guterres - que alertou sobre o risco de uma Guerra Fria entre Washington e Pequim -, o presidente chinês Xi Jinping, respondeu que não tem interesse em manter uma guerra "nem fria e nem quente" e que "Devemos ver uns aos outros como membros da mesma grande família, perseguir uma cooperação na qual todos ganhem e colocá-la acima das disputas ideológicas, sem cair na armadilha do choque de civilizações". Face aos desafios impostos pela pandemia, Xi defendeu que os países procurem cooperar e defendeu o multilateralismo pontuando que é natural que os países tenham pontos de discordância, mas que devem procurar o diálogo. Por fim disse que "A China é o maior país em desenvolvimento no

⁶ O presidente **americano** exaltou a maneira como seu governo lidou com o coronavírus, embora quase 200.000 americanos tenham morrido da doença, uma estatística que ele não mencionou. Na verdade, o governo federal entregou a liderança aos estados no combate à Covid-19 e ao presidente coube a difusão de informações enganosas, minimizando a ameaça. Por fim, disse que os EUA lançou a mobilização mais agressiva desde a 2ª Guerra Mundial, que produziu rapidamente um suprimento recorde de ventiladores, criando um excedente que os permitiu compartilhá-los com amigos e parceiros em todo o mundo. Esclareceu que graças aos esforços americanos, três vacinas estão na fase final de testes clínicos, que estão produzindo em massa com antecedência para que possam ser entregues imediatamente após a chegada. Tudo isto não surpreende, ele não prometeu distribuir uma vacina contra o coronavírus em todo o mundo.

| mundo, um país comprometido com um desenvolvimento pacífico, aberto, cooperativo e comum. Nunca vamos buscar a hegemonia, expansão ou esferas de influência".

No que se refere aos BRICS, nos “debates gerais” de setembro, ao contrário do que o nome sugere, não houve discussão - apenas uma procissão de mensagens de vídeo pré-gravadas de líderes mundiais, declarando suas posições.

Para o governo brasileiro, o multilateralismo é uma ideologia e não será dela que virá uma resposta às necessidades dos países, prova disto é que nenhum valor foi depositado pelo governo brasileiro à OMS em 2020 e a dívida supera a marca de US\$ 32 milhões. Ao longo de meses, o chanceler Ernesto Araújo tem usado eventos, discursos e textos para fazer um ataque constante ao sistema e reforçar a ideia da soberania. Nesta mesma linha, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro, no lugar de defender soluções multilaterais na 75 AGNU, usou o tom de reforço à soberania. Bolsonaro voltou a citar a hidroxicloroquina e um aumento do preço do medicamento, mostrando um posicionamento anticientífico⁷.

Putin acredita que o prestígio da ONU pode fortalecer o papel do componente humanitário ou humano nas relações multilaterais e bilaterais, especialmente na cooperação de ciência, tecnologia, meio ambiente e proteção da saúde. E no que diz respeito à saúde, deve-se levar em conta o papel central de coordenação da OMS.

Destacou que a Rússia desenvolveu sistemas de teste e medicamentos para tratar o coronavírus e registrou a primeira vacina do mundo, “Sputnik-V”. Saliou que é preciso remover os obstáculos nas relações de parceria, disse que a Rússia tem contribuído para os esforços globais e regionais no combate à Covid-19, prestando assistência aos Estados mais afetados, tanto de forma bilateral quanto multilateral. Expressou que estão prontos para compartilhar experiências e continuar cooperando com todos os Estados e entidades internacionais, inclusive no fornecimento da vacina russa. A Rússia está certa de que todas as capacidades da indústria farmacêutica global precisam ser empregadas para fornecer um acesso gratuito à vacinação para a população de todos os estados em um futuro próximo. Propôs, em breve, a realização de uma conferência online de alto nível para países interessados em cooperação no desenvolvimento de vacinas anticoronavírus.

O PM indiano **Narendra Modi** afirmou que o mundo precisa de um multilateralismo reformado que reflita as realidades atuais, dê voz a todas as partes interessadas, enfrente os desafios contemporâneos e se concentre no bem-estar humano. “Não podemos enfrentar os desafios de hoje com estruturas obsoletas. Sem reformas abrangentes, a ONU enfrenta uma crise de confiança”.

O apelo de Modi assume um significado especial, pois ocorre na véspera da Índia assumir um assento no Conselho de Segurança da ONU como membro eleito não permanente para um mandato de dois anos começando em 1º de janeiro de 2021.

Xi Jinping chamou atenção que várias vacinas para prevenir a Covid-19 desenvolvidas pela China já estão em fase 3 de testes clínicos, que a China tornará as vacinas Covid-19 disponíveis como “bem público global” e que serão fornecidas aos países em desenvolvimento em caráter prioritário. Recomendou que o mundo siga as orientações da ciência no combate ao novo vírus e que o papel de liderança deve ser dado à Organização Mundial (OMS) na resposta internacional para combater a pandemia do novo coronavírus.

⁷ Horas antes do discurso na ONU, mais de 240 entidades brasileiras e estrangeiras enviaram uma carta a governos de todo o mundo para pedir que essas autoridades apoiem a recomendação de uma relatoria da ONU para abrir um inquérito contra o Brasil. A proposta de um mecanismo oficial da entidade foi feita nesta semana em Genebra, algo inédito no período democrático do país.

Cyril Ramaphosa da Africa do Sul, falou que o país formou parcerias internacionais para garantir que houvesse acesso equitativo a equipamentos e suprimentos médicos. Acrescentou que se quisermos construir um futuro comum e inclusivo depois do Covid-19, é essa solidariedade que deve perdurar. Citou as palavras de Nelson Mandela: “É a solidariedade humana, a preocupação com o outro, que deve estar no centro dos valores pelos quais todos vivemos”. Por fim, mencionou que a União Africana estabeleceu um Fundo de Resposta Covid-19 e lançou uma Plataforma Africana de Suprimentos Médicos para garantir que todos os países tenham acesso a equipamentos e suprimentos necessários.

Resposta da América Latina e Caribe à COVID-19

Sebastián Tobar e Carlos Linger

Até o dia 5 de outubro de setembro, 17.101.680 casos positivos e 570.746 óbitos foram registrados nas Américas e mais de 11,05 milhões de pessoas já tem se recuperado. A região continua sendo o epicentro da pandemia.

América Latina: Casos Confirmados e Falecimentos á 5 de outubro de 2020

	País	Casos Confirmados	Falecimentos	Recuperados	População em Miles
Norte América	Canadá	164.471	9.462	138.867	37.742
	Estados Unidos	7.305.270	296.406	3.578.547	328.000
	México	757.953	78.880	545.530	128.933
Total Norte América		8.227.694	296.406	3.578.547	494.675
Sul América	Argentina	790.818	20.795	603.140	45.196
	Bolívia	136.569	8.073	97.105	11.501
	Brasil	4.906.833	145.987	4.248.574	212.559
	Chile	470.179	12.979	442.070	19.116
	Colômbia	848.147	26.557	757.801	50.883
	Equador	141.034	11.647	120.511	17.643
	Paraguai	43.452	913	26.512	7.183
	Peru	824.985	32.665	700.868	32.972
	Uruguai	2.122	48	1.831	3.474
Venezuela	77.647	649	68.098	28.436	
Total Sul América		8.241.789	260.312	7.066.510	691.644
Centro América	Belize	2.131	29	1.346	398
	Costa Rica	79.182	950	45.007	5.094
	El Salvador	29.450	863	24.296	6.486
	Guatemala	93.963	3.293	82.454	17.916
	Honduras	78.788	2.399	29.187	9.905
	Nicarágua	4.146	151	3.898	6625
	Panamá	114.653	2.414	91.195	4.315
Total Centro América		402.313	10.099	277.383	37.742
Caribe e Islãs do Oceano Atlântico	Cuba	5.809	122	5.145	11.327
	Haiti	8.819	229	6.992	11.403
	República Dominicana	114.480	2.134	90.366	11.630
	Resto dos Países do Caribe Islãs y Territórios	100.786	1.444	27.564	10.901
Total Caribe e Islãs do Oceano Atlântico		229.894	3.929	130.067	45.261
TOTAL DE LA REGION DAS AMERICAS		17.101.680	570.746	11.058.507	

Fuente: <https://www.paho.org/en/documents/paho-covid-19-daily-update-4-october-2020> .

Acesso 5 de outubro de 2020

Os Estados Unidos são responsáveis pelo 42,7% de todos os casos e 36,5% dos óbitos da Região das Américas. Brasil é responsável por 28,7% de todos os casos e 25,6% de todas as

mortes. Combinados, esses dois países respondem por 71,4% de todos os casos e 62,0% de todas as mortes atualmente notificadas na Região das Américas.

Segundo um resumo apresentado pela OMS sobre COVID-19: Nas últimas 24 horas, 263.670 novos casos confirmados: Estados Unidos da América, Índia, Brasil, África do Sul, Colômbia, México, Argentina, Federação Russa, Filipinas e Irã, República Islâmica da são os 10 países que relataram o maior número de novos casos.

Em relação aos óbitos: 5.864 novas mortes: Estados Unidos da América, Brasil, Índia, México, Colômbia, Irã, República Islâmica da, África do Sul, Bolívia, Argentina e Chile são os 10 países que relataram o maior número de novas mortes.

58. Sessão do Conselho Diretor da OPAS

Os dias 28 e 29 de setembro, tem se desenvolvido de jeito virtual, a 58 Sessão do Conselho Diretor da OPAS. Inicialmente um Grupo de países liderados pelo Paraguai tem manifestaram desconhecimento da Delegação do Governo da República Bolivariana da Venezuela, o que tem gerado atitudes de rejeição tanto desse Estado Membro como de Cuba.

A OPAS tem procurado se manter neutro em relação aos problemas políticos dos Estados membros, tem procurado continuar com a cooperação driblando as contingências. Alguns problemas ficam ainda se resolvendo, como a posição de EEUU em relação ao “Projeto Mais Médicos” financiado com contribuições nacionais voluntárias, que de acordo este país tem repassado fundos ao governo castrista e gerado uma exploração dos profissionais médicos.

O problema dos projetos financiados pelas contribuições nacionais voluntárias tem gerado uma reforma da Governança da OPAS, com um projeto de Resolução⁸ que aprovo o Conselho Diretor no qual os projetos de cooperação técnica com contribuições voluntárias, incluído contribuições voluntárias nacionais de mais de 25 milhões de dólares que representem um alto nível de risco institucional (incluindo riscos financeiros, legais, operacionais, técnicos e de reputação); Isso exigirá que o Diretor forneça uma sinopse ao Comitê Executivo que inclua um resumo do projeto proposto, os resultados da avaliação de risco e os resultados do processo de revisão interna. A resolução busca uma maior prestação de contas a eles e para proteger a Organização de riscos institucionais, incluindo riscos financeiros, jurídicos, operacionais, técnicos e de reputação.

A pauta da 58 Sessão do CD ficou cheia de muitos temas econômicos e administrativos, no entanto, duas questões merecem menção especial:

Informe Sobre a Busca de Fundos para as Contribuições Assinaladas Ponto 5.1 da ordem do dia provisional: A 31 de Julho a OPAS registrou uma dívida de 99.981.290 milhões de dólares, que até o momento vinte Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados pagaram integralmente suas contribuições para 2020, enquanto cinco Estados Membros fizeram pagamentos parciais de suas contribuições para 2020.

O tema das contribuições tem particular importância porque tem fragilizado a OPAS no meio da maior crise de saúde pública de importância internacional, como é a pandemia da Covid-19, numa região que é o epicentro dela.

A finais de 2019, a OPAS chegou a uma crítica situação de financiamento, incluso

⁸ <https://www.paho.org/es/documentos/cd58-6-s-covid-19> . Acesso 5 de outubro de 2020.

chegando a ficar em risco os salários do quadro da Organização, quase chegando a um estado de paralisia de seu funcionamento.

Embora muito tenha se dito que para sair da pandemia precisamos da cooperação e a solidariedade internacional, a difícil situação gerada pela própria covid-19 nos Estados membros impossibilita o cumprimento de seus compromissos com a Organização.

Alguns Estados membros como Venezuela, por suas dívidas a OPAS chegam a ficar em risco de perder seu direito a voto (Artículo 5b), incrementa a sensação de desconforto dentro dos Corpos Diretivos da Organização.

Na mesma sessão do CD, se aprovou uma Resolução sobre a “**Pandemia Covid-19 na Região das Américas**”⁹. É uma resolução que insta os Estados membros a “seguir promover e aprofundar políticas, estratégias e medidas sustentáveis e sustentáveis, abrangendo todos os setores do governo; ... iniciar atividades preparatórias para a vacinação em antecipação à disponibilidade de uma vacina segura, eficaz e acessível contra COVID-19; cumprir o RSI (apresentação oportuna de informações para monitorar a pandemia); conduzir e documentar análises da ação de resposta nacional; considerar a movimentação de pessoas (trabalhadores de saúde e ajuda humanitária, trabalhadores essenciais e pessoal de aeronaves e embarcações) e dos equipamentos e suprimentos necessários para responder à pandemia COVID-19, bem como produtos essenciais ; e fornecer financiamento sustentável à Organização Pan-Americana da Saúde para que possa cumprir seus mandatos ao realizar atividades de resposta, mitigação de impacto e recuperação da pandemia COVID-19.

A resolução mencionada pede ao Diretor da OPAS que continue prestando cooperação técnica baseada em evidências, promovendo a inovação e o intercâmbio de experiências, a fim de retomar e manter operações e intervenções ininterruptas do sistema de saúde em resposta a pandemia; trocar informações verdadeiras em tempo hábil e responsável sobre a evolução da pandemia COVID-19 de acordo com o RSI; manter a rede regional de vigilância da influenza e outros vírus respiratórios e expandi-la criando uma rede regional de vigilância genômica; prestar apoio aos Estados Membros por meio das áreas técnicas da Repartição, do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas e do Fundo Rotativo Regional para Suprimentos Estratégicos de Saúde Pública para melhorar o acesso equitativo e o uso apropriado de vacinas , opções terapêuticas, ferramentas de diagnóstico, equipamento biomédico e equipamento de proteção individual que sejam acessíveis, seguros, eficazes e de qualidade, e que podem melhorar os resultados de saúde e reduzir o impacto da pandemia; apoiar os Estados Membros participando de iniciativas globais, como o Acesso Acelerador às Ferramentas COVID-19 para Vacinas, Diagnósticos e Opções de Tratamento, a Chamada para Ação Solidária e todas as outras iniciativas de desenvolvimento relevantes e acesso a tecnologias essenciais de saúde para COVID-19.

MERCOSUR Saúde

A presidência Pro Tempore de Mercosul fica em Uruguai chamando a atenção a pouca liderança no seu exercício, com reuniões adiadas e sim um olhar estratégico.

O dia 6 de Outubro tem se marcado uma reunião preparatória da Comissão de Vigilância da Saúde COVIGSAL do Subgrupo de Trabalho N°11- Saúde. A pauta da COVIGSAL era avançar na elaboração do Relatório sobre a Situação MERCOSUL da Covid-19 e iniciar os trabalhos com outros foros do MERCOSUL como Transporte e Fronteiras. A situação das fronteiras é

⁹ <https://www.paho.org/es/documentos/cd58-6-s-covid-19> . Acesso: 5 de outubro de 2020.

particularmente sensível no MERCOSUL, porque não tem se avançado numa regulamentação a nível do bloco para o transporte de cargas visando uma abertura arrumada das fronteiras. Nesse sentido, alguns países têm acordado normativas de regulamentação a nível bilateral e a nível do Sistema de Integração Centro Americano tem se acordado normativas a nível do bloco. Um grande subsídio neste sentido, teria que ser um seminário analisando as experiências internacionais para a abertura das fronteiras visando a tomada de decisões para adoptar uma norma MERCOSUL frente a pandemia e outros eventos com potencial pandémico.

Uma grande oportunidade a nível MERCOSUL, donde a FIOCRUZ poderia ter uma grande capacidade estratégica é impulsionar a nível do bloco um PROGRAMA MERCOSUL DE GARANTIA DE QUALIDADE LABORATORIAL.

Organização do Tratado de Cooperação Amazónica- OTCA

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)¹⁰ anunciam o início das atividades do projeto financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) para a implementação do Programa de Ações Estratégico¹¹ (PAE), acordado pelos oito países que compartilham a bacia Amazônica: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

A iniciativa da bacia Amazônica recentemente aprovada terá como foco as ações prioritárias acordadas na primeira estratégia regional no nível da bacia, que visa fortalecer a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (IWRM), fortalecendo a capacidade das comunidades amazônicas de se adaptarem aos impactos da mudanças climáticas e garantir a disponibilidade de informações regionais compatíveis para uma tomada de decisão coordenada. A iniciativa de 4 anos é apoiada por uma doação do GEF de U\$ 11,7 milhões com mais de U\$ 140 milhões em contribuições em espécie dos países da bacia.

PROSUR

Grupo de Trabalho de Compras Conjuntas

Em 29 de setembro de 2020, tem se reunido os representantes dos Ministérios da Saúde e chancelarias de: Brasil; Chile; Colômbia; Equador; Peru; Paraguai e Uruguai, além de representantes da OPAS e do BID INTAL.

A reunião tinha como objetivo desenvolver uma apresentação do Fundo Estratégico de OPS/OMS; Apresentação de resultados de consolidação de produtos e arranjos de aquisição; Trocas entre os países e próximos passos a seguir.

Os produtos médicos priorizados são o Fentanil e o Midazolam e luvas de proteção para exame. Os países que enviaram suas necessidades consolidadas foram Peru (fentanil, midazolam e luvas de exame), Equador (fentanil, midazolam e luvas de exame) e Chile (luvas de exame). O Equador não participará do processo de compra. Durante o encontro, o Paraguai manifestou interesse em participar da iniciativa e está apenas enviando uma lista de necessidades. Bolívia tem interesse em incluir o midazolam, mas não participou da reunião. O Uruguai não se manifestou sobre a adesão à iniciativa. O Brasil não pretende aderir à iniciativa, mas a saúde.

¹⁰ <http://www.otca-oficial.info/news/details/982> . Acesso 5 de outubro de 2020

¹¹ <http://www.otca-oficial.info/assets/documents/20181022/6f7dcfeec03f588923aa99a5f915507b.pdf> .

Acesso: 5 de outubro de 2020

Chile como Presidência Pro Tempore da PROSUR apresentará as necessidades consolidadas necessárias do Peru, Equador, Chile, Paraguai e Bolívia. Com os pedidos feitos, a OPS teria preços de referência para medicamentos em duas semanas e mais tempo para luvas. A OPAS pede que isso seja consolidado o mais rápido possível, bem como fazer uma solicitação paralela de representação no país, conforme estabelecido pelo procedimento formal do Fundo Estratégico da OPAS.

A Presidência Pro Tempore do PROSUR, consolidará a demanda dos países por medicamentos e insumos prioritários, que serão enviados à OPAS nesta semana.

Grupo de Trabalho de Epidemiológica e Disponibilização de dados

Tem se reunido o dia 25 de setembro de 2020 com a presença de representantes de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e a presença de representantes da OPAS e o BID INTAL.

Os objetivos da reunião foram:

- I. Apresentar as experiências de disponibilidade de dados no Paraguai, abrindo um espaço de diálogo e consulta.
- II. Apresentar os resultados da pesquisa realizada para todos os países e definir bases comuns.
- III. Defina as próximas apresentações.
- IV. Estabeleça as próximas etapas.

Discussão

Foi realizada a apresentação do Paraguai a respeito de seu processo epidemiológico.

Um acordo comum foi alcançado em 4 critérios epidemiológicos:

- ✓ % de ocupação de leitos em Unidade de Terapia Intensiva nacional
- ✓ % de ocupação de Leitos em Unidade de Terapia Intensiva em nível Regional
- ✓ Número reprodutivo efetivo Re: Quantas novas infecções ocorrem como consequência de 1 caso
- ✓ Taxa de casos novos, por 100.000 habitantes, em média móvel semanal.

O Chile apresentará um documento que pactua estes quatro indicadores para chegar a um relatório assinado por todos os países sobre os pontos comuns.

OMS/ÁFRO

Nos últimos dois meses, a Região Africana da OMS (47 Estados-Membros¹²) tem vindo a notificar uma diminuição tanto nos casos como nas mortes devido a COVID-19. Foi observada uma ligeira diminuição (2%) na incidência de casos durante os últimos sete dias, com uma diminuição sustentada de óbitos (14%) durante o mesmo período. Um total de 29 (62%) dos 47 Estados-Membros registaram decréscimos em casos de incidência na última semana, enquanto 16 (34%) registaram um aumento. Neste período, o mais baixo registo de óbitos diários aconteceu em 20 de setembro, o que não vinha acontecendo desde 23 de maio, quando foram notificados 10 e 31 óbitos na África do Sul e na Região, respectivamente. A África do Sul e a Etiópia, suportando o maior fardo de doença na Região, registaram um aumento de casos de 6% e 5%, respectivamente. Ao mesmo tempo, estes dois Estados-Membros registaram uma diminuição nos óbitos de 14% e 7%, respetivamente. A Região continua a monitorizar cuidadosamente as tendências atuais, mantendo, ao mesmo tempo, uma apertada vigilância¹³.

Angola, Botsuana, Cabo Verde e Uganda juntaram-se à lista de países com transmissão comunitária no período em análise. Com o aumento do número de países com transmissão comunitária, a OMS aconselha aos Estados-Membros para ajustarem as suas medidas de prevenção de acordo com os seus padrões de transmissão e especificidades territoriais¹⁴.

Revisão das mortes maternas e da continuidade dos serviços essenciais de saúde reprodutiva, materno-infantil no contexto da COVID-19 e da crise humanitária no Sahel, o caso de Burkina Faso: no contexto do duplo fardo da COVID-19 e das emergências humanitárias na região do Sahel, a análise dos dados tem revelado um número invulgarmente elevado de mortes maternas, em comparação com os dados do mesmo período em 2019.

O Ministério da Saúde do Burkina Faso iniciou pesquisas para identificar as verdadeiras causas deste aumento de mortes maternas para propor soluções corretivas adequadas. Com o apoio da OMS/AFRO, o Departamento de Saúde da Família organizou uma missão conjunta no terreno com o objetivo principal de apoiar a revisão de todas as mortes maternas notificadas, fortalecendo a capacidade das unidades sanitárias para a continuidade dos serviços de saúde reprodutiva, materna, do recém-nascido, infantil e adolescente (RMNCAH) de qualidade, desenvolvendo um roteiro para a redução da mortalidade materna evitável no atual contexto da Covid-19¹⁵.

Fatores sociais e ambientais vistos por detrás dos baixos casos de COVID-19 em África

¹² Os 7 Estados africanos fora da OMS/AFRO são Egito, Marrocos, Líbia, Sudão, Tunísia, Djibuti e Somália. Pertencem a WHO/EMRO – WHO Eastern Mediterranean Regional Office. São também cobertos nos informes do CDC África

¹³ https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/334399/SITREP_COVID-19_WHOAFRO_20200923-eng.pdf

¹⁴ https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/335766/SITREP_COVID-19_WHOAFRO_20200930-eng.pdf

¹⁵ <https://www.afro.who.int/news/review-maternal-deaths-and-continuity-essential-reproductive-maternal-and-child-health-0>

A transmissão da COVID-19 em África tem sido marcada por relativamente menos infecções, que têm vindo a diminuir nos últimos dois meses, devido a uma variedade de fatores socioecológicos, bem como as medidas de saúde pública precoces e fortes tomadas de decisões pelos governos em toda a África. A pandemia tem estado em grande parte num grupo etário mais jovem e tem sido mais pronunciada em alguns Estados-Membros, sugerindo que aspectos específicos de cada país estejam a impulsionar o padrão da doença e da morte. Cerca de 91% da infecção pela COVID-19 na África subsaariana encontra-se entre as pessoas com menos de 60 anos e mais de 80% dos casos são assintomáticos. Uma mistura de fatores socioecológicos como a baixa densidade populacional e mobilidade, clima quente e húmido, grupo etário mais baixo, interagindo para acentuar os seus efeitos individuais, estão provavelmente a contribuir para o padrão observado em África.

Desde 20 de Julho, a região tem assistido a um declínio constante em novos casos da COVID-19. Durante as últimas quatro semanas, foram comunicados 77 147 novos casos, contra 131 647 registados nas quatro semanas anteriores. Alguns dos países mais afetados, incluindo a Argélia, Camarões, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Quênia, Madagáscar, Nigéria, Senegal e África do Sul, viram as infecções diminuir todas as semanas ao longo dos últimos dois meses. As mortes atribuídas à COVID-19 também permaneceram baixas na região. *"A tendência descendente a que assistimos em África nos últimos dois meses é sem dúvida uma evolução positiva e fala das medidas de saúde pública robustas e decisivas tomadas pelos governos do continente, mas não nos devemos tornar complacentes"*, declarou a Dr.^a Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para África. *Outras regiões do mundo experimentaram tendências semelhantes apenas para descobrir que, à medida que as medidas sociais e de saúde pública são relaxadas, os casos começam a aumentar de novo"*.

Embora os governos tenham feito esforços para melhorar os testes COVID-19, com os testes recentes a passarem de 74 testes cumulativos por 10 000 pessoas em 44 países avaliados em 23 de agosto de 2020 para 93 por 10 000 pessoas em 21 de setembro de 2020, o nível ainda é baixo. No entanto, as estatísticas da região sobre testes têm sido úteis para as políticas, uma vez que refletem os padrões de infecção dentro de um país, e os casos perdidos de COVID-19 são em grande parte por serem assintomáticos. Além disso, não há indícios de erro de cálculo dos números de mortes, que são mais difíceis de falhar estatisticamente. *"A África não testemunhou uma propagação exponencial da COVID-19 como muitos inicialmente temiam, mas a propagação mais lenta da infecção na região significa que esperamos que a pandemia continue a esbater-se durante algum tempo, com ocasionais surtos de febre"*, afirmou a Dr.^a Moeti.

Nas últimas semanas, os Camarões e a Costa do Marfim, que se encontram entre os países que registaram um declínio nas infecções desde meados de julho, registaram um ligeiro aumento nos casos. É crucial que os países mantenham medidas de saúde pública que tenham ajudado a travar a propagação da COVID-19 para limitar mais infecções e mortes. *"A resposta nos países africanos precisa de ser adaptada à situação de cada país, à medida que vemos diferentes padrões de infecção mesmo dentro de um mesmo país. As respostas direcionadas e localizadas que são informadas pelo que funciona melhor numa dada região de um país serão mais cruciais à medida que os países atenuam as restrições e abrem as suas economias. As abordagens globais à região ou países não são viáveis"*, disse a Dr.^a Moeti. A OMS continua a apoiar os países a aumentar a resposta de saúde pública, particularmente em locais de alto risco. A Dr.^a Moeti falava durante uma conferência de imprensa virtual organizada pelo **Grupo APO**¹⁶.

¹⁶ Fundado em 2007, o Grupo APO é uma empresa de consultoria de relações com os médias e um serviço de distribuição de comunicados de imprensa em África e no Médio Oriente. A empresa ajuda

A ela se associaram a Professora Francisca Mutapi, Professora em Infecção e Imunidade de Saúde Global, Universidade de Edimburgo; o Professor Mark Woolhouse, Professor de Epidemiologia de Doenças Infecciosas da Universidade de Edimburgo; e o Dr Sam Agatre Okuonzi, Hospital Regional de Referência de Arua no Uganda. Desde 20 de julho, a Região tem assistido a um declínio constante em novos casos de COVID-19. Nas últimas quatro semanas, foram comunicados 77 147 novos casos, contra 131 647 registados nas quatro semanas anteriores. Alguns dos Estados-Membros mais afetados, como por exemplo, a Argélia, Camarões, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Quênia, Madagáscar, Nigéria, Senegal e África do Sul, viram as infecções diminuir todas as semanas ao longo dos últimos dois meses. As mortes atribuídas à COVID-19 também permaneceram baixas na região¹⁷.

CDC ÁFRICA^{18 19}

Durante o período, o CDC África concentrou esforços em muitas ações de capacitação, através de webinars cujos temas se destacam:

Neurological complications of COVID-19;

COVID-19 and Multi-system inflammatory syndrome and congenital heart defects in children (MSI-C), com mais de 400 participantes;

Training of Trainers (TOT) on treatment of mild and severe cases of COVID-19 para os 5 países de língua árabe: Argélia, Egito, Mauritânia, Sudão e a República do Saharawi;

*Masks –a Gateway to Safe Openin em colaboração com **Resolve to Save Lives**²⁰;*

SARS-COV2 Genomics Surveillance and Informatics;

Partnership for Evidence-Based Response to COVID-19 (PERC): Using multidisciplinary analysis for response decision-making;

The sustained ecological & conservation related effects of COVID-19 & how to prevent the next pandemic;

Safe surgery during COVID-19 and maternal health;

Demo and training on Africa Digital Platform on Safe Public Health Corridor for Travel;

Workshop on promoting manufacturing of personal protective equipment in Africa²¹

Comunidade da África Oriental (East African Community, EAC, 6 Estados-Membros, 168 milhões de habitantes)

Como os seus Estados-Membros iniciaram o afrouxamento de medidas estabelecidas para prevenir e responder à pandemia, o Secretariado Executivo iniciou um curso de formação de formadores em 12 postos fronteiriços entre esses Estados-Membros.

A formação que visa reforçar a prevenção e resposta à COVID-19 e outras doenças transmissíveis, envolve pessoal de vários sectores com base em abordagem da Saúde Única (*One Health*). O programa de formação teve início nesta semana de outubro no posto fronteiriço

Burundi
Quênia
Ruanda
Sudão do Sul
Tanzânia
Uganda

organizações privadas e públicas a melhorar a sua reputação e a aumentar o seu capital de marca nos países alvo (<https://apo-opa.com/about-us/>).

¹⁷ <https://www.afro.who.int/news/social-environmental-factors-seen-behind-africas-low-covid-19-cases>

¹⁸ <https://africacdc.org/download/outbreak-brief-36-covid-19-pandemic-22-september-2020/>

¹⁹ <https://africacdc.org/download/outbreak-brief-37-covid-19-pandemic-29-september-2020/>

²⁰ **Resolve to Save Lives** é uma iniciativa da organização global de saúde pública *Vital Strategies* (<https://www.vitalstrategies.org/about-us/>). Recebeu \$225 milhões da Bloomberg Philanthropies, da Fundação Bill & Melinda Gates e da Gates Philanthropy Partners, financiada pela a Fundação Chan Zuckerberg (<https://resolvetosavelives.org/about>)

²¹ <https://africacdc.org/news-item/workshop-on-promoting-manufacturing-of-personal-protective-equipment-in-africa/>

Isebania/Sirari entre o Quênia e a Tanzânia. A formação é conduzida por *AMREF Flying Doctors*, em estreita cooperação com o Secretariado Executivo da EAC.

Dependendo da dimensão dos postos fronteiriços, entre 16 e 32 membros do pessoal são capacitados como formadores em cursos de 2 dias. Vêm das alfândegas, imigração, saúde portuária e saúde animal, gabinete de normas, segurança, manipuladores de carga e bagagem de ambos os lados da fronteira, bem como dos Comitês Mistos de Gestão de Fronteiras. Isto contribui, ao mesmo tempo, para a integração regional. Os agentes de desalfandegamento estão também incluídos na capacitação.

A abordagem de formação de formadores permite o aumento da medida e tem em conta as elevadas taxas de rotação de pessoal nos postos fronteiriços. "*Os participantes nesta formação irão, por sua vez, capacitar os seus colegas sobre as competências que adquiriram para fazer passar a mensagem em cascata e assegurar que os ocupados postos fronteiriços possam efetivamente evitar a propagação da COVID-19 e detectar e responder aos passageiros infectados*", explica Anthony Kihara, da *AMREF Flying Doctors*. E o âmbito dessa capacitação centra-se nas operações da *One Stop Border Posts (OSBP)* com contacto próximo aos viajantes e a sua bagagem.

O Diretor pelas Alfândegas para o fortalecimento de capacidades do Secretariado Executivo da EAC e coordenador do programa de capacitação está convencido de que "*todos os Estados-Membros dessa Comunidade vão beneficiar desta iniciativa*". A capacitação é facilitada pelo Governo Alemão através do projeto "*Apoio à preparação para a pandemia na região EAC*", uma parceria entre o Secretariado Executivo da EAC e a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ - *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*).

A próxima ação de capacitação nessa área terá lugar entre 5 e 8 de outubro no posto fronteiriço Malaba/Malaba entre o Quênia e o Uganda. Estão asseguradas capacitações de mais 10 *One Stop Border Posts (OSBPs)* entre todos os Estados-Membros da EAC.²²

O MERCADO COMUM DA ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL (The Common Market for Eastern and Southern Africa – COMESA, 21 Estados-Membros, 583 milhões de habitantes e 3 idiomas oficiais [árabe, francês e inglês])

A região do COMESA registou o maior aumento em casos da COVID-19 nos meses iniciais de março e abril de 2020. Durante este período, os números subiram de cerca de 1.000 casos no final de março para quase 10.000 no final de abril, representando 526,14%. Desde então, a taxa mensal tem vindo a diminuir, podendo esse declínio ser atribuído às medidas que foram postas em prática por vários Estados-Membros para assegurar a contenção de propagação do vírus.

Nos últimos meses, os Estados-Membros têm vindo a lutar para controlar a propagação da COVID-19. É evidente que a propagação contínua da COVID-19 na região tem tido um sério impacto económico, levando ao encerramento de empresas, interrupção da produção agrícola, perda de emprego e de receitas. Até 22 de setembro, a região COMESA tinha registado 343.881 casos da COVID-19, enquanto os curados e mortes foram de 235.940 e 10.597, respectivamente.

²² <https://www.eac.int/press-releases/147-health/1870-eac-secretariat-strengthens-outbreak-response-capacities-of-one-stop-border-posts>

Embora o número global de casos ainda esteja a aumentar, a taxa mensal de infeções por COVID-19 notificadas está em declínio e isto está sendo em parte atribuído a baixos níveis de testes.²³ Foi publicada pelo Secretariado do COMESA uma nova edição “*COVID-19 Measures in Member States*”, de 2 de outubro, um boletim de umas 48 páginas que apresentam, de uma forma resumida, o que cada Estado-Membro tem feito no âmbito de estratégias regionais de resposta à pandemia. Como são 21 países, o boletim pode ser considerado uma preciosa fonte de informação, principalmente para aqueles Estados-Membros que não pertençam a outras organizações sub-regionais africanas como no caso do Egito, Tunísia, entre outros.²⁴

A COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (The Southern Development Community, SADC, 16 Estados-Membros, 312 milhões de habitantes)

África do Sul
Angola
Botswana
Comores
Congo (RDC)
Eswatini (Suazilândia)
Lesoto
Madagáscar
Malawi
Maurícias
Moçambique
Namíbia
Seicheles
Tanzânia
Zâmbia
Zimbábue

A Secretária Executiva da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Dra. Stergomena Lawrence Tax, afirmou que a região intensificou esforços para abordar o impacto da COVID-19 nos sistemas de prestação de cuidados de saúde, no ambiente empresarial e para mitigar o impacto nas suas economias e ambientes socioeconómicos.

A COVID-19 trouxe múltiplos desafios aos Estados Membros da SADC e estes incluem a indisponibilidade de drogas e equipamento, insegurança alimentar, violência baseada no género e um impacto negativo sobre as economias.

Recentemente, numa entrevista concedida à rádio Voz da América no programa *Straight Talk Africa*, a Secretária Executiva afirmou que quando a COVID-19 eclodiu no início do ano, havia a sensação de que estava apenas relacionada com a saúde, mas isto acabou por não ser o caso e a região avançou rapidamente para mitigar o impacto.

A SADC realizou um estudo sobre a COVID-19 e elaborou um relatório que detalha a extensão do impacto da pandemia nos Estados Membros. O estudo recomenda o caminho a seguir para que a região possa mitigar a doença. O referido estudo confirma que, embora o impacto inicial da pandemia da COVID-19 tenha sido no sector da saúde em termos de infeções, mortes e sistemas de saúde sobrecarregados, e que, as medidas implementadas para conter a propagação da COVID-19, tais como *lockdowns* e restrições de viagem ajudaram a conter a sua propagação, estas medidas, e a COVID-19 em geral, têm efeitos nefastos em vários sectores socioeconómicos.

De acordo com esse estudo, a COVID-19 perturbou as cadeias de abastecimento globais, bem como baixou a procura nos mercados globais para uma vasta gama de exportações dos Estados-Membros da SADC e, conseqüentemente, minou os progressos feitos no aumento do comércio interno da SADC. Além disso, é provável que a SADC sofra atrasos ou reduza o investimento direto estrangeiro, uma vez que parceiros de outros continentes redirecionam o capital localmente. O estudo indica ainda que, embora o impacto da COVID-19 na governação, paz e segurança ainda não tenha sido plenamente explorado, o estudo insta os Estados-

África do Sul
Angola
Botswana
Comores
Congo (RDC)
Eswatini (Suazilândia)
Lesoto
Madagáscar
Malawi
Maurícias
Moçambique
Namíbia
Seicheles
Tanzânia
Zâmbia
Zimbábue

²³ https://www.comesa.int/wp-content/uploads/2020/09/COVID-19-in-COMESA_Situational-Update-30-1.pdf

²⁴ <https://www.comesa.int/wp-content/uploads/2020/08/Measures-in-COMESA-MS-in-Response-to-Covid-Vol-24-RK-edition.pdf>

Membros da SADC a prepararem-se adequadamente para os cenários iminentes da COVID-19 e pós-COVID-19, que podem apresentar sérios desafios à paz e à segurança, tanto a nível nacional como regional.

O estudo recomenda a supressão e o controlo da pandemia na ausência de uma vacina e insta os Estados-Membros a investir no reforço dos seus sistemas de saúde para isolar, testar, detectar novos casos e tratá-los. Os Estados-Membros devem também considerar formas de assegurar que o trabalho seja retomado e continuado. Como tal, os Estados-Membros devem investir em infraestruturas de TIC para garantir que o trabalho prossiga. Ela indicou ainda que *"o que fizemos primeiro como região foi mobilizar rapidamente recursos para abordar não só a parte da saúde, mas também para pôr em prática medidas para enfrentar os impactos socioeconómicos. Mais significativamente, e que era uma questão importante a abordar com urgência, era a facilitação do transporte e da circulação de bens e serviços. Houve uma série de lockdowns e a circulação de bens e serviços foi restringida, incluindo bens essenciais para a COVID-19. Assim, o que fizemos rapidamente foi colocar diretrizes para permitir à região facilitar a circulação de bens essenciais e percebemos que a COVID-19 não é um fenómeno temporário, que partirá em breve, as diretrizes sobre facilitação do transporte e circulação de bens, foram revisitadas para facilitar o momento de bens e serviços em geral o que conteve em grande medida os impactos negativos da COVID-19 sobre o comércio, sobre os balanços das nossas economias."*

A COVID-19 teve impacto em vários sectores nos 16 Estados-Membros da SADC, e isto não se limitou apenas ao turismo, mas aos sectores da manufatura e da agricultura, com a segurança alimentar a sofrer um forte impacto.

Reconhecendo a importância da cooperação tripartida COMESA-EAC-SADC, a SADC, juntamente com estes parceiros, também adoptou diretrizes tripartidas harmonizadas sobre comércio e facilitação de transportes para o movimento seguro, eficaz e económico de bens e serviços durante a pandemia da COVID-19.

Questionado sobre os impactos da COVID-19 na segurança alimentar na região e as medidas postas em prática, a Secretária Executiva disse que a COVID-19 não era a única questão que afetava a segurança alimentar na região da SADC, mas também os impactos das alterações climáticas, que afetaram as economias regionais. Uma série de adaptações e medidas mitigadoras tinham sido postas em prática para lidar com os efeitos das alterações climáticas. Indicou também que uma série de intervenções também tinham sido postas em prática no sector financeiro e a região tinha chegado aos seus parceiros de cooperação internacional para suavizar os acordos de modo a mitigar e amortecer as consequências da COVID-19.²⁵

²⁵ <https://www.sadc.int/news-events/news/sadc-member-states-step-efforts-mitigate-impact-covid-19/>

Resposta da Europa à COVID-19

Ana Helena G. de L. Freire

Os casos de Covid-19 seguem aumentando na Europa, que vê a ampla capacidade de testagem localizar e dimensionar os surtos, não se faz suficiente para enfrentar o vírus²⁶: assegurar o isolamento dos infectados e de quem teve contato com eles é um desafio, pois há quem não tenha condições materiais para enfrentar duas semanas em casa, há quem negue a pandemia e há os jovens....

Cenário na Europa

- ✓ **Espanha:** Madri está isolada, assim como Leon e Palencia²⁷; 55 sociedades científicas assinaram manifesto “Em saúde vocês mandam, mas não sabem” (<https://www.change.org/p/se%C3%B1ores-pol%C3%ADticos-covid-19-manifiesto-de-los-sanitarios-esp%C3%B1oles-en-la-salud-ustedes-mandan-pero-no-saben>) pedindo aos governantes que baseiem suas decisões em informações científicas disponíveis e não politizem as decisões, como abertura de bares em detrimento de parques²⁸.
- ✓ **França:** Paris está sob alerta máximo, com bares fechados e restrições a restaurantes²⁹;
- ✓ **Reino unido** vai multar quem não respeitar o isolamento. Um estudo encomendado pelo governo constatou que [apenas 18% das pessoas com sintomas de covid-19 se isolaram](#). O governo prometeu “fornecimento ininterrupto” de EPI para os profissionais de saúde na linha de frente durante o inverno e sinaliza que pessoas com baixa renda que não podem trabalhar poderão receber um pagamento de 500 libras (R\$ 3,5 mil)³⁰; Estuda novos critérios de *lockdown*³¹
- ✓ **Alemanha** que tem taxas mais baixas de infecção, registra manifestação contra a obrigatoriedade de uso da máscara³².

CDC Europa

Em seu último **Sumário Executivo**, publicado em 24/09/2020³³, o CDC afirma que o aumento das taxas de notificação não tem o mesmo impacto em todos os países. Em muitos países, o aumento observado está correlacionado com o aumento de testes e a transmissão é intensa entre os 15 e 49 anos de idade, locais onde a maioria das detecções refere-se a casos leves ou assintomáticos. Em outros países, no entanto, o surto coincide com taxas altas ou crescentes em indivíduos mais velhos, com um consequente aumento da proporção de casos graves e hospitalizados. Os níveis de transmissão aumentados indicam que as intervenções não farmacêuticas não alcançaram o efeito pretendido, seja por baixa adesão às medidas, ou por não serem suficientes para reduzir ou controlar a exposição. Além disso, a vulnerabilidade de população à infecção permanece alta.

A situação epidemiológica em alguns países é preocupante e a avaliação de risco considera a população em geral, os indivíduos vulneráveis e a prestação de cuidados de saúde.

²⁶ <https://www.wired.com/story/testing-wont-save-us-from-covid-19/>

²⁷ <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/10/05/depois-de-madri-espanha-determina-confinamento-parcial-de-outras-duas-cidades.htm>

²⁸ file:///C:/Users/Sui/AppData/Local/Temp/EL_PAIS%2005_OCTUBRE_2020.pdf

²⁹ <https://pt.euronews.com/2020/10/05/numero-de-novos-casos-de-covid-19-dispara-em-varios-paises>

³⁰ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54325794>

³¹ file:///C:/Users/Sui/AppData/Local/Temp/The%20Guardian%20(10_05_20).pdf

³² <https://pt.euronews.com/2020/10/05/numero-de-novos-casos-de-covid-19-dispara-em-varios-paises>

³³ <https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/covid-19-risk-assessment-increased-transmission-twelfth-update>

O ECDC se prepara para um cenário de transmissão generalizada – vários países parecem estar progredindo da transmissão limitada da comunidade local para a transmissão sustentável da comunidade, o que requer resposta forte, focada em medidas de contenção e mitigação. Áreas geográficas que não tiveram transmissão generalizada, podem ter um nível mais alto de suscetibilidade. De acordo com o CDC, a situação epidemiológica atual exige ações focadas em:

- ✓ **Controlar a transmissão** entre crianças mais velhas e adultos com mais de 50 anos
- ✓ **Proteger** indivíduos clinicamente **vulneráveis**
- ✓ **Proteger os profissionais de saúde**, principalmente aqueles da atenção primária

Além da **estratégia de testes**, outras **opções de respostas** preconizadas pelo ECDC são³⁴:

Medidas não farmacêuticas – na ausência de uma vacina, seguem sendo a principal ferramenta de controle e gerenciamento de surtos. Como podem ter impacto negativo na sociedade e economia, deve ter seu uso orientado pela situação epidemiológica local, com objetivo de reduzir a transmissão e proteger os indivíduos mais vulneráveis.

Rastreamento de contato – juntamente com a quarentena de contatos, são identificadas como uma das medidas mais eficazes para reduzir a transmissão.

Quarentena – recomendada a quarentena de 14 dias para pessoas que tiveram contato com casos confirmados, o que pode ser reduzido para 10 dias após a exposição, caso PCR no dia 10 dê negativo.

Manter mensagens fortes para promover a conformidade com os principais comportamentos de proteção – comunicação de risco, enfatizando que a pandemia está longe de terminar e que o vírus continua circulando: “É uma maratona, não uma corrida de velocidade”; “Não devemos baixar a guarda”. O comportamento das pessoas continua sendo chave para controlar a pandemia.

Comunicação de risco para pessoas mais jovens – estratégia específica para este público cuja redução da adesão às medidas de proteção é preocupação. É essencial que os jovens se vejam como parte da solução e estejam envolvidos.

Proteção da saúde mental – previsão de novas tensões com o retorno das altas taxas de incidência aliada a evidências indicando doenças psicológicas em pessoas que tiveram Covid-19 após o desaparecimento dos sintomas físicos.

OMS Europa

Atuando com uma grande operadora logística, a OMS Europa entregou mais de 15 milhões de peças de EPI, kits de teste e suprimentos de gerenciamento de casos a 6 países da Parceria Oriental e Estados-membros europeus: Armênia, Azerbaijão, Bielo-Rússia, Geórgia, República da Moldávia e Ucrânia. A remessa está inserida no pacote de assistência da União Europeia de 30 milhões de euros para ajudar a prevenir, detectar e responder à pandemia nesses 6 países, durante 2 anos.

A atuação logística da OMS se dá desde o início da pandemia, com a altíssima demanda por EPI, que colapsou a cadeia de abastecimento global, quando a OMS Europa se valeu de um

³⁴ <https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/covid-19-risk-assessment-increased-transmission-twelfth-update>

estoque residual do apoio à resposta ao Ebola e conseguiu entregar 434 toneladas de EPI³⁵. Olexander Babanin, líder da equipe logística da OMS Europa, comenta que precisava coordenar e centralizar seus esforços com todas as agências das Nações Unidas e os Estados Membros da Região e acredita que esta é a primeira vez que tal nível de coordenação global foi alcançado.

A entrega de suprimentos se tornou um grande desafio, mesmo no interconectado continente europeu, com a suspensão de voos, fechamento de fronteiras e proibição de exportações. Olexander conta que o que deveria levar 1 ou 2 dias para entregar estava começando a demorar semanas. Para viabilizar as operações, os países avaliaram com os especialistas da OMS sobre a aquisição de itens essenciais com fabricantes locais e em conformidade com os padrões mínimos de qualidade da OMS. A memória institucional da OMS no enfrentamento ao Ebola também se mostrou crucial para lidar com desafios logísticos semelhantes: capacidade de fornecedores, reposicionamento, como obter autorizações de importação, onde manter os suprimentos, como distribuí-los e quem vai fazê-lo³⁶.

No final de setembro, o Diretor geral, Hans Kluge, fez sua primeira **visita oficial à Rússia**, com 3 objetivos principais³⁷:

- ✓ Aproveitar a liderança demonstrada pela Rússia no tratamento das doenças não transmissíveis;
- ✓ Reconhecer a resposta da Federação Russa à pandemia, incluindo seu apoio à resposta da OMS nos países e seu papel no esforço global para desenvolver vacinas; e
- ✓ Apoiar a implementação da estratégia nacional do presidente russo, que se concentra no aumento da expectativa de vida com o compromisso de investir em saúde e expandir o trabalho em saúde digital, atenção primária, tuberculose e HIV.

União Europeia

Ursula von der Leyen ficará até ao final desta terça-feira **em isolamento**, depois de ter estado em contacto com António Lobo Xavier, infetado com a Covid-19, no Conselho de Estado que se realizou em Cascais, na semana passada³⁸.

O **Conselho** de Ministros da União Europeia aprovou a proposta da Comissão de conceder um apoio financeiro de 87,3 mil milhões de euros a 16 países da União Europeia no âmbito do SURE, um instrumento desenhado para proteger o emprego. O apoio financeiro será atribuído sob a forma de empréstimos concedidos pela UE em condições

³⁵ https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/news/news/2020/9/whos-protective-supplies-reach-health-care-workers-in-17-countries-in-the-european-region-amid-covid-19-pandemic?utm_source=WHO%2FEurope+mailing+list&utm_campaign=036d555f02-EMAIL_CAMPAIGN_2020_03_16_10_53_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_60241f4736-036d555f02-110576762

³⁶ https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/news/news/2020/9/whos-protective-supplies-reach-health-care-workers-in-17-countries-in-the-european-region-amid-covid-19-pandemic?utm_source=WHO%2FEurope+mailing+list&utm_campaign=036d555f02-EMAIL_CAMPAIGN_2020_03_16_10_53_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_60241f4736-036d555f02-110576762

³⁷ https://www.euro.who.int/en/countries/russian-federation/news/news/2021/9/global-solidarity-in-the-fight-against-covid-19-takes-centre-stage-during-regional-directors-visit-to-russian-federation?utm_source=WHO%2FEurope+mailing+list&utm_campaign=036d555f02-EMAIL_CAMPAIGN_2020_03_16_10_53_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_60241f4736-036d555f02-110576762

³⁸ <https://pt.euronews.com/2020/10/05/von-der-leyen-em-isolamento-depois-de-passagem-em-lisboa>

favoráveis e o dinheiro deverá começar a ser desbloqueado ao longo das próximas semanas³⁹. O apoio, aprovado em 25 de setembro, terá a seguinte distribuição⁴⁰:

- Bélgica: 7,8 mil milhões de euros
- Bulgária: 511 milhões de euros
- Croácia: 1 000 milhões de euros
- Chipre: 479 milhões de euros
- República Checa: 2 mil milhões de euros
- Grécia: 2,7 mil milhões de euros
- Itália: 27,4 mil milhões de euros
- Letónia: 193 milhões de euros
- Lituânia: 602 milhões de euros
- Malta: 244 milhões de euros
- Polónia: 11,2 mil milhões de euros
- Portugal: 5,9 mil milhões de euros
- Roménia: 4,1 mil milhões de euros
- Eslováquia: 631 milhões de euros
- Eslovénia: 1 100 milhões de euros
- Espanha: 21,3 mil milhões de euros

Os demais Estados-Membros ainda podem apresentar os seus pedidos de assistência financeira. Sob este instrumento da UE, é possível conceder até 100 mil milhões de euros. Após a aprovação do **Parlamento Europeu** do parecer legislativo autorizando a Comissão Europeia a contrair um empréstimo no montante de 750 mil milhões de euros para financiar o pacote de recuperação destinado a dar resposta à crise da COVID-19⁴¹, a **Comissão passará a trabalhar na mobilização de fundos em mercados internacionais de capitais** - em nome da EU - e de os disponibilizar sob a forma de empréstimos recíprocos aos Estados-Membros que os tenham solicitado⁴².

Os **eurodeputados** defendem um **calendário** vinculativo para a introdução de **novos recursos próprios**, propondo uma reforma ambiciosa. As novas fontes de receita da UE devem pagar os empréstimos contraídos ao abrigo do instrumento de recuperação económica *NextGeneration EU*. Além de uma nova contribuição nacional calculada com base nos **resíduos de embalagens de plástico não reciclados** a partir de 2021, os eurodeputados querem a introdução de recursos próprios de acordo com o seguinte calendário⁴³:

- A partir de 1/1/2021: recurso próprio baseado nas receitas provenientes do **regime de comércio de licenças de emissão da UE**;
- A partir de 1/1/2023: recursos próprios baseados nas receitas provenientes de um **imposto sobre os serviços digitais e no mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras**;

³⁹ <https://www.instagram.com/p/CFrp5GfM3KZ/?igshid=5r7r3ezmrkvz>

⁴⁰ <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2020/09/25/covid-19-council-approves-87-4-billion-in-financial-support-for-member-states-under-sure/>

⁴¹ <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/quadro-financiero-plurianual/20200910IPR86815/parlamento-europeu-aprova-introducao-de-novas-fontes-de-financiamento-da-ue>

⁴² <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2020/09/25/covid-19-council-approves-87-4-billion-in-financial-support-for-member-states-under-sure/>

⁴³ <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/quadro-financiero-plurianual/20200910IPR86815/parlamento-europeu-aprova-introducao-de-novas-fontes-de-financiamento-da-ue>

- A partir de 1/1/2024: recurso próprio baseado num **imposto sobre as transações financeiras**;
- A partir de 1/1/2026: recursos próprios baseados numa **matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades**.

Resposta da Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio à COVID-19

Lúcia Marques

A situação pandêmica do planeta está longe de estar sob controle. O número de casos segue em auge e vários países voltam a fazer lockdown em todo o mundo. Olhando o cenário pandêmico nas duas regiões - Ásia Pacífico e Oriente Médio -, seja em relação ao número de novos casos registrados, número absoluto de mortos, de taxa de mortalidade e do número de óbitos por cada 100 mil habitantes, nos deparamos com a situação do **Irã**, que está entre os países mais atingidos do mundo: **em 13º lugar** em número de casos conformados; **em 4º lugar** em taxa de mortalidade; **em 24º lugar** em número de mortos por 100 mil habitantes e **em 10º lugar** em número absoluto de mortos. O país islâmico do golfo pérsico tem 84,55 milhões de habitantes⁴⁴ e quase um milhão de refugiados afegãos e sírios⁴⁵.

O sistema de saúde iraniano é público e tem uma das maiores coberturas da Ásia Ocidental. Mas erros do governo no início da pandemia: demora em agir, negando que o vírus não chegaria ao Irã; suspensão tardia dos voos de e para China⁴⁶ e não suspensão de eventos religiosos; divisão de opiniões na cúpula do governo sobre como agir – o sistema de governo iraniano: teocracia e presidencialismo facilitou essa divergência; as sanções americanas ao país, dificultando a importação de medicamentos, suprimentos e EPIs, facilitaram a disseminação do vírus e o colapso do sistema. A esses fatores, somam-se uma parcela da população que não é bem recebida nos hospitais e centros de saúde, como drogados (grande problema no Irã); profissionais do sexo; pessoas em situação de rua e outros grupos vulneráveis que enfrentam barreiras quando procuram atendimento médico⁴⁷ - o **Irã** é um dos países com leis severas de comportamento social e palco de sistemáticos abusos de direitos humanos.

Localizado na região da antiga Pérsia, o Irã tem IDH alto (0.702), sua economia está ligada ao petróleo, mas também conta com exportações de tapetes, frutas secas e especiarias. Apesar dos poucos recursos hídricos, a agricultura tem papel importante na composição do PIB. Devido às sanções americanas, que sufocam a economia, o país tem tido dificuldade de estabelecer algumas relações comerciais, pois muitas empresas temem ser punidas pelos EUA e perder o mercado americano. O recente acordo assinado com a China, no âmbito da Rota da Seda, garantiu ao país um fôlego.

O país do islamismo xiita combina democracia parlamentar, cujo presidente é eleito a cada quatro anos, mas é o segundo no comando, com teocracia, cujo mandato é vitalício e pode demitir o presidente. O atual aiatolá Ali Khamenei é o Líder Supremo desde 1989. O atual presidente, Hassan Rohain, foi reeleito em 2017. Seu grande rival na região é a Arábia Saudita, país islã sunita – essa relação de ódio alimenta muitos dos conflitos no Oriente Médio.

Nessas duas semanas, também estamos acompanhando os movimentos cada vez mais belicosos da **Turquia**: na Líbia, apoia o governo reconhecido internacionalmente; apoia os rebeldes na Síria (que lutam contra o atual governo, Bashar al-Assad, que é apoiado pelo Irã e pela Rússia); apoia o Qatar contra a Arábia Saudita; está com os palestinos, contra Israel;

⁴⁴ <https://countrymeters.info/pt/Iran>

⁴⁵ <https://www.acnur.org/portugues/2020/03/24/acnur-envia-4-toneladas-de-ajuda-humanitaria-ao-ira/>
Os refugiados têm acesso ao mesmo sistema de saúde que a comunidade anfitriã. No entanto, hospitais e centros de saúde estão lutando para lidar com o número cada vez maior de pessoas que precisam de ajuda urgente.

⁴⁶ A empresa aérea Mahan está ligada à divisão das forças armadas e continuaram voando de e para a China e países árabes vizinhos, mesmo após a suspensão, e contribuíram, inclusive, para espalhar o vírus para seus vizinhos.

⁴⁷ <https://www.msf.org.br/projetos-msf/ira>

confronta a Grécia no Mediterrâneo Oriental; tem sido ofensiva à Índia sobre Caxemira. E arrumou mais uma luta, agora na região do Cáucaso, ao apoiar o Azerbaijão no conflito com Armênia. Seu movimento acaba de jogar mais lenha nessa fogueira que começou há 30 anos, com o fim da União Soviética. Uma tentativa de paz na região nunca chegou às vias de fato e essa não concretização encoraja o presidente turco, Tayyip Erdogan, a fazer movimentos mais agressivos. Em seu discurso na 75ª Assembleia Geral da ONU, Erdogan falou que a Armênia é o maior obstáculo à paz de longo prazo no Cáucaso Sul. E acusa a comunidade internacional pelo silêncio que, segundo ele, encoraja a agressão armênia. E esse apoio da Turquia contribui para um posicionamento mais duro do Azerbaijão em qualquer tentativa de negociação de paz, cujo conflito, desde 2016, não registrava tanta violência e morte.⁴⁸

O pomo da discórdia entre Azerbaijão e Armênia é a região de Nagorno-Karabakh, território azeri, mas que está sob o controle de forças étnicas armênias separatistas, desde 1994. A região montanhosa é povoada por armênios cristãos e azerbaijanos da etnia turca – o que faz com que a Turquia os veja como “irmãos”.⁴⁹

E os atores que poderiam contribuir para uma possível paz na região, perderam o interesse por diferentes motivos: Estados Unidos perdeu interesse no Cáucaso já faz tempo; a Rússia está olhando para Bielorrússia e também considera que seu envolvimento como aliada da Armênia poderia ter reflexos na Síria – lá, Rússia apoia o governo Assad desde 2015 e a razão principal seria para confrontar os EUA, que apoia os rebeldes, e agora é uma batata quente para Putin, uma vez que EUA perdeu interesse na Síria⁵⁰; a União Europeia está tentando lidar com uma Turquia cada vez mais agressiva. Uma luz no fim do túnel pode vir do Irã - que tem quase 760 quilômetros de fronteira com o Azerbaijão e uma curta fronteira com a Armênia – o governo iraniano informou está trabalhando em um plano de paz, ouvindo os dois lados e países vizinhos.

Os movimentos recentes da Turquia têm preocupado o Conselho de segurança da ONU e inclusive os próprios aliados do país na OTAN. A Turquia é membro fundador da ONU, membro da OTAN, OECD, OSCE (Organização para Segurança e Cooperação na Europa), OCI (Organização para Cooperação Islâmica), membro observados da CPLP e mantém laços com EUA em oposição à Rússia. Busca aproximação com o ocidente e aguarda sua aprovação como Membro da Comunidade Europeia – mas para isso precisa atualizar algumas leis.

A Turquia ocupa uma região geoestratégica entre Europa e Ásia. Faz fronteira com oito países e sete mares. Majoritariamente de etnia turca, não possui religião oficial, mas o islã é dominante, seguido de cristãos e judeus. Sua economia vem dos setores agrícola e industrial – indústria naval e automobilística – e do comércio de bens e serviços. Por sua localização e seu poderio militar é considerada potência regional.

Cenário epidemiológico

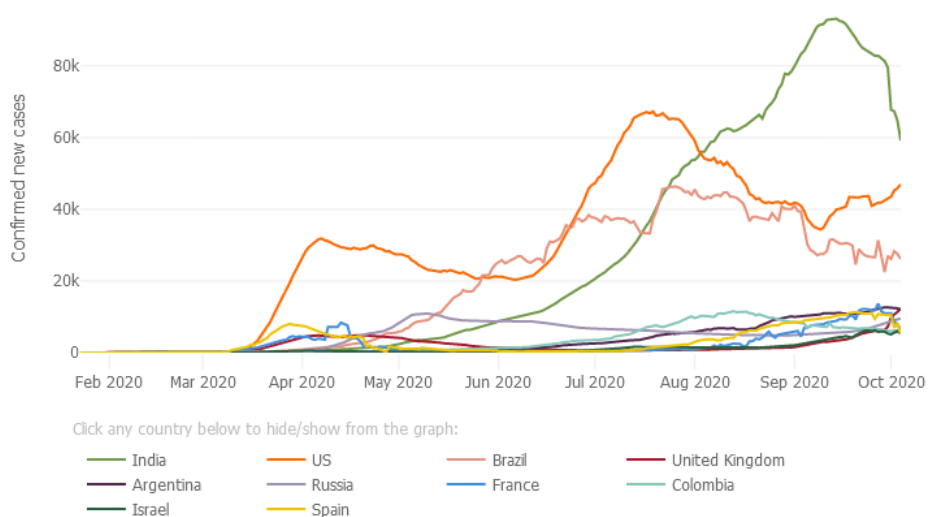
⁴⁸ https://www.reuters.com/article/us-armenia-azerbaijan-turkey-syria/turkey-deploying-syrian-fighters-to-help-ally-azerbaijan-two-fighters-say-idUSKBN26J25A?utm_campaign=Brookings%20Doha%20Center&utm_medium=email&utm_content=96278656&utm_source=hs_email

⁴⁹ https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2020/09/30/no-peacemakers-for-the-new-old-caucasian-war/?utm_campaign=Brookings%20Brief&utm_medium=email&utm_content=96587571&utm_source=hs_email

⁵⁰ <https://www.dw.com/pt-br/opini%C3%A3o-envolvimento-russo-na-s%C3%ADria-exp%C3%B5e-miopia-estrat%C3%A9gica-de-putin/a-55096570>

O mundo registrou neste 5 de outubro 35.314.104 de casos confirmados de Covid-19 e 1.038.797 óbitos.⁵¹ E entre os 20 países que registraram maior número de novos casos na última semana, estão **Índia**, Estados Unidos, Brasil, Reino Unido, Argentina, **Rússia**, França, Colômbia, **Israel**, Espanha, México, Ucrânia, **Indonésia**, **Iraque**, Holanda, **Irã**, República Tcheca, Bélgica, **Filipinas** e Itália – sete são da Ásia Pacífico e Oriente Médio.

A essa altura da pandemia, os epidemiologistas já têm dados suficientes para fazer algumas comparações e análises. Todos os gráficos abaixo foram gerados pelos analistas da Universidade Johns Hopkins, nos EUA, que se tornou referência para dados sobre a COVID-19.⁵²



Casos novos confirmados em 02/10

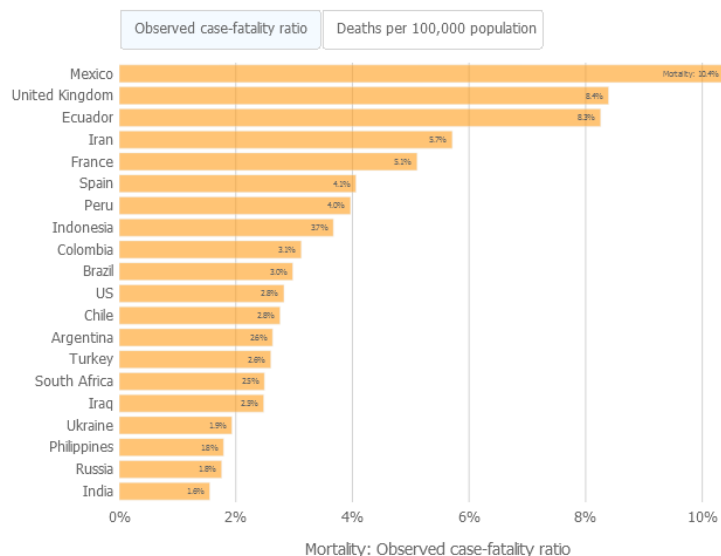
Um dos números da pandemia COVID-19 que impressiona é o número de vidas perdidas – mais de um milhão de mortos em todo o mundo. Segundo a universidade, uma das formas mais importantes de medir a carga de COVID-19 é a mortalidade. E pode-se olhar a mortalidade de diferentes formas, cujos números podem indicar várias situações diferentes, que deveriam ser olhados pelos governos: os números absolutos de óbitos, a taxa de mortalidade - o número de mortes dividido pelo número de casos confirmados – ou ainda o número de mortos por cada 100 mil habitantes. As diferenças na taxa de mortalidade podem ser por: a) Número de testagem - com mais testes, mais pessoas com casos mais brandos são identificadas diminuindo a proporção de casos em relação aos casos fatais; b) Demografia - população mais velha, cuja mortalidade tende a ser maior; c) Características dos sistemas de saúde – sobrecarga; d) outros fatores que permanecem desconhecidos.

Em números absolutos de mortes registradas em cada país (até 2/10), os Estados Unidos estariam no topo, com 207 mil óbitos, seguidos por Brasil (144.680), **Índia** (99.773), México (78.078), Reino Unido (42.292), Itália (35.918), Peru (32.463), França (32.034), Espanha (31.973) e **Irã** (26.567). Índia e Irã entre os 10 primeiros da lista.

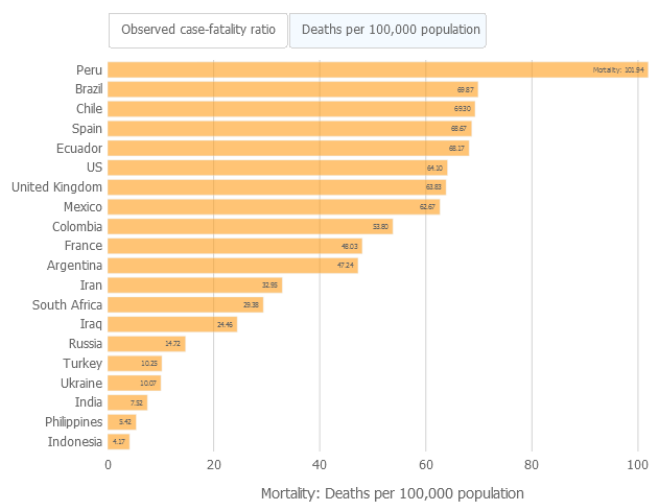
Em termos de taxas de mortalidade (o número de mortes dividido pelo número de casos confirmados), **Irã** (4º lugar), **Indonésia**, **Turquia**, **Iraque**, **Filipinas**, **Rússia** e **Índia** (20º lugar) estão entre os 20 países com maiores taxas.

⁵¹ <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

⁵² <https://coronavirus.jhu.edu/data/mortality>



Taxa de mortalidade⁵³



Número de óbitos a cada 100 mil habitantes

Com mais de 6,6 milhões de casos, a **Índia** é o 3º país em número absoluto de óbitos (103.569), depois dos EUA e do Brasil, mas especialistas questionam os números, pois com mais 1,3 bilhões de pessoas, o governo não consegue testar todos. E muitos dos novos casos estão nas áreas rurais, para onde voltaram os trabalhadores migrantes que foram abandonados pelo governo no início da pandemia e do lockdown.

Israel entrou recentemente em segundo bloqueio após um crescente número de casos. Os bairros ortodoxos, cujas famílias são grandes, com muitos filhos, todos morando numa mesma casa, seguem sendo os mais atingidos. De acordo com o Comitê de Segurança Nacional, um terço dos novos infectados tem menos de 19 anos e a preocupação com o colapso dos hospitais que não darão conta dos doentes graves levou ao bloqueio. O Ministério da Saúde convocou os médicos aposentados para se juntarem à luta e ajudarem aos médicos existentes no sistema de saúde. Mesmo com o aumento das infecções, a população segue indo às ruas para

⁵³ <https://coronavirus.jhu.edu/data/mortality>

se manifestar contra o PM israelense, cujo governo tem sido atormentado por indecisões e brigas internas. Para evitar essas manifestações, publicou lei que proíbe manifestações.

No **Nepal** os casos de Covid-19 aumentaram (89.263 casos confirmados e 554 óbitos), mas para as autoridades esses números não são alarmantes, pois as estradas perigosas e o trânsito matam e mutilam milhares de pessoas.⁵⁴ O bloqueio ajudou a salvar vidas duplamente. E houve também redução de problemas respiratórios em função da redução de partículas poluidoras do ar vindas Índia – os ventos predominantes levam as partículas para o norte. Essa informação foi confirmada pelo Centro de Pesquisa em Energia e Ar limpo da Índia. Localizado no Himalaia, entre o Tibete e a Índia, o país vive do turismo e do arroz – a agricultura emprega 90% da mão de obra.

Os **Emirados Árabes Unidos** anunciaram novas restrições à vida noturna para conter uma maré crescente de infecções por coronavírus para retardar vírus.

Vacinas

O anúncio de acordo entre o Fundo Russo de Investimento Direto (RDIF) e a Trinity Pharmaceuticals do **Nepal** para importar 25 milhões de frascos das vacinas Sputnik V55 contra o Covid-19, pegou o governo nepalês de surpresa, principalmente porque a Trinity Pharmaceuticals nem sequer está registrada como importadora sob a lista de empresas do Departamento de Gestão de Drogas do Nepal. Além da Rússia, as empresas farmacêuticas chinesas e a Universidade de Oxford também manifestaram seu interesse em realizar ensaios clínicos defase III no Nepal.

China debate com OMS incluir suas vacinas contra Covid-19 em uma lista de uso emergencial, isso significa que está a um passo para disponibilizá-las para uso global. O procedimento de inclusão na lista de uso emergencial da OMS permite que vacinas e tratamentos ainda sem licença sejam avaliados para acelerar sua disponibilidade em emergências de saúde pública. Isto ajuda os países-membros da entidade e agências de compra da Organização das Nações Unidas (ONU) a determinarem a aceitabilidade das vacinas. A China tem ao menos quatro vacinas experimentais no estágio final dos testes clínicos. Duas são desenvolvidas pela China National Biotec Group (CNBG), que tem apoio estatal, e as outra duas são da Sinovac Biotech e da CanSino Biologics, respectivamente. Elas estão sendo testadas em países como Paquistão, Indonésia, Brasil, Rússia e Emirados Árabes Unidos.

OMS Região Ásia Sudeste*					
País	28/07 (óbitos)	21/08 (óbitos)	06/09 (óbitos)	22/09 (óbitos)	03/10 (óbitos)
Índia	1.480.073 (33.408)	2.905.825 (54.849)	4.113.811 (70.626)	5.562.663 (88.935)	6.623.815 (103.569)
Indonésia	100.303 (4.838)	149.408 (6.500)	194.109 (8.025)	252.923 (9.837)	299.506 (11.055)
Tailândia	3.295 (58)	3.390 (58)	3.444 (58)	3.511 (59)	3.583 (59)
Bangladesh	226.225 (2.965)	290.360 (3.861)	325.157 (4.479)	352.1789 (5.007)	367.565 (5.325)
China	86.715 (4.656)	89.594 (4.709)	90.046 (4.728)	90.389 (4.737)	90.588 (4.739)
Rússia	816.680 (13.483)	944.671 (16.148)	1.222.228 (17.768)	1.111.157 (19.575)	1.198.663 (21.153)
Coreia do Sul	14.175 (300)	16.670 (309)	21.177 (334)	23.106 (388)	24.027 (420)
Austrália	15.303 (167)	24.407 (472)	26.279 (753)	26.942 (854)	27.121 (893)
Japão	31.116 (1.001)	60.940 (1.175)	71.918 (1.366)	79.770 (1.518)	85.345 (1.594)
Singapura	50.838 (28)	56.216 (27)	57.022 (27)	57.627 (27)	57.800 (27)

⁵⁴ <https://www.nepalitimes.com/latest/how-covid-19-saves-lives-in-nepal/>

⁵⁵ A vacina Sputnik-V (nome comercial da vacina [Gam-COVID-Vac](#)) foi desenvolvida pelo Instituto Nacional de Epidemiologia e Microbiologia da Gamalia da Rússia

Nova Zelândia	1.556 (27)	1.665 (22)	1.772 (24)	1.815 (25)	1.849 (25)
Taiwan	462 (7)	486 (7)	493 (7)	509 (7)	517 (7)
Vietnam	431 (0)	1.009 (25)	1.049 (35)	1.068 (35)	1.096 (35)
Filipinas		228.403 (3.623)	237.365 (3.875)	291.789 (5.049)	291.798 (5.678)
Irã	293.606 (15.912)	354.764 (20.376)	386.658 (22.293)	429.193 (24.656)	468.119 (26.746)
Paquistão	266.096 (5.639)	291.588 (6.219)	298.509 (6.342)	366.886 (6.424)	313.984 (6.507)
Arábia Saudita	268.934 (2.760)	305.186 (3.580)	320.688 (4.081)	330.246 (4.512)	335.997 (4.850)
Emirados Árabes	59.177 (345)	66.193 (370)	73.984 (388)	85.595 (405)	97.760 (426)
Qatar	109.597 (165)	116.481 (193)	120.095 (203)	123.604 (211)	126.339 (216)
Afganistão	36.263 (1.270)	37.894 (1.385)	38.398 (1412)	39.09 (1.445)	39.097 (1.462)
Kuwait	64.379 (442)	79.269 (511)	89.582 (544)	100.683 (588)	106.458 (620)
Israel	63.581 (474)	99.599 (795)	130.157 (1.019)	193.374 (1.285)	263.983 (1.679)
Turquia	227.019 (5.630)	254.520 (6.058)	279.806 (6.417)	304.610 (7.574)	321.512 (8.325)
Síria	674 (40)	2.008 (82)	3.171 (134)	3.833 (175)	4.289 (203)
Yémen	1.691 (483)	1.899 (541)	1.987 (572)	2.028 (586)	2.040 (35)
Iraque	112.585 (4.458)	192.769 (6.208)	260.370 (7.512)	322.856 (8.625)	375.931 (9.347)

Obs.: As regiões somam juntas mais de 65 países, mas, para análise, o recorte foca os países com maior número de casos ou com melhores resultados de ações tomadas pelas autoridades nacionais.

Cenário diplomático, político, econômico e segurança

Em final de agosto, o PM do **Japão**, Shinzo Abe, renunciou por motivos de doença crônica. Ele foi premier por quase oito anos (faltava apenas um ano para completar seu segundo mandato). O novo premier, Yoshihide Suga, foi eleito em votação do Parlamento e promete seguir os esforços de seu antecessor no combate à pandemia e recuperar a economia será sua prioridade. Ele foi conselheiro do ex-primeiro-ministro durante os dois mandatos.

Estados Unidos, em sua luta contra a **China**, não perdeu tempo e enviou o Secretário de Estado Mike Pompeo⁵⁶ para um encontro com o novo PM para consolidar apoio dos aliados⁵⁷ contra a crescente influência regional da China. A agressividade do secretário americano contrastou com a posição dos três aliados – para eles é essencial preservar as relações comerciais com China. Os analistas não acreditam que não saia algum movimento importante desse encontro, mas serviu de alerta para a China – em algum momento isso pode mudar.

O **Kuwait** tem novo governante. O príncipe herdeiro, Xequé Nawaf, tem 83 anos e assume o poder após a morte aos 91 anos do seu antecessor, que procurou manter posição cautelosa em meio às rivalidades regionais. O novo governante não tem plano de governo e pode enfrentar questionamentos sobre seu direito de governar o país, por não ter sido cumprida a alternância de governo entre os dois ramos da família com direito ao trono.

Os Emirados Árabes Unidos⁵⁸ segue com seu projeto rumo ao espaço. O país anunciou que enviará uma nave não tripulada à Lua em 2024, e com isso se tornar a quarta nação a pousar na Lua.⁵⁹ Será um Rover lunar que deve pousar em áreas ainda não exploradas do satélite. No ano passado enviou seu primeiro astronauta para a Estação Espacial Internacional e recentemente lançou a sonda Hope para pesquisar a superfície de Marte. O país tem a 6ª maior

⁵⁶ <https://www.marxist.com/political-situation-india-2020.htm>

⁵⁷ Quad – EUA, Japão, Austrália e Índia

⁵⁸ Os sete emirados são [Abu Dhabi](#), [Dubai](#), [Xarja](#), [Ajmã](#), [Umm al-Quwain](#), [Ras al-Khaimah](#) e [Fujeira](#). A capital e a segunda maior cidade dos Emirados Árabes Unidos é Abu Dhabi. A cidade também é o centro de atividades políticas, industriais e culturais.

⁵⁹ <https://apnews.com/article/mohammed-bin-rashid-al-maktoum-dubai-united-arab-emirates-sheikh-rashid-mars-7f280b0e90ce07109175ee19ceee71f7>

reserva de petróleo e é uma das mais desenvolvidas economias do OM. Em 4º lugar no índice de IDH, estão mal classificados quanto aos índices de liberdade e direitos humanos, segundo o relatório anual *Freedom in the World*⁶⁰ - os trabalhadores migrantes são transformados em servos através de dívidas e do confisco do passaporte. Apesar da constituição propagar a igualdade, liberdade e estado de direito, na mesma constituição, o artigo 7º, determina que "o Islã é a religião oficial da Federação e a xaria⁶¹ islâmica é a principal fonte de sua legislação.

O país tem buscado se modernizar e acaba de dar mais um passo ao liberar a compra e consumo de álcool para residentes e turistas em estabelecimentos turísticos, hotéis, clubes e lojas. Isso descriminaliza a posse e transporte de bebidas alcoólicas, mas segue o rigor contra embriaguez pública e ao volante. Dubai foi o primeiro emirado, seguido de Abu Dhabi, capital conservadora dos EAU. Dos sete emirados, apenas Sharjah segue mantendo a proibição, como no Irã, Kuwait e Arábia.

A **Arábia Saudita** planeja cortar os gastos em 7,5% no orçamento do próximo ano e espera que a economia volte a crescer à medida que seu gerenciamento da crise do coronavírus. A redução projetada nos gastos ocorre quando o maior exportador de petróleo do mundo enfrenta uma contração econômica causada pela pandemia, uma queda nos preços do petróleo e cortes na produção de petróleo, e segue uma queda significativa na receita este ano.

Cenário do bem-estar social, segurança alimentar, migrantes e refugiados

Apesar do aumento de casos da Covid-19, estamos presenciando manifestações em vários países da Ásia Pacífico e do Oriente Médio, seja por insatisfação das medidas adotadas pelos governos para conter a pandemia, seja pelo colapso econômico ou mesmo consequência da mão pesada do governo para reprimir a população, como na Indonésia e Tailândia, por exemplo.

Trabalhadores indonésios lançaram protestos em várias cidades para se opor à aprovação de uma controversa nova lei de empregos que o governo diz ser vital para atrair investimentos. O novo Projeto de Lei de Criação de Empregos do presidente Joko Widodo revisa mais de 70 leis existentes para acelerar as reformas econômicas e melhorar o clima de investimento na maior economia do Sudeste Asiático. O parlamento prevê greve nacional de milhões de trabalhadores.

⁶⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Emirados_%C3%81rabes_Unidos#cite_note-15

⁶¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Xaria>

Resposta da China à COVID-19

André Lobato

- China lança o que parece ser uma mistura de vacinação emergencial para grupos de risco específicos com testes para Fase 3. Segundo a CGTN e o FT, determinadas populações vão receber a vacina antes mesmo do fim da última fase, por representarem, por exemplo, grupos de risco – como profissionais que precisam viajar para o exterior⁶².
- Emirados Árabes Unidos é o primeiro país a autorizar a vacina chinesa (Sinopharm) para uso emergencial limitado. A Indonésia deve receber 40 milhões de doses em Março.
- Os chanceleres Wang Yi e Ernesto Araújo conversaram por telefone dia 28 de setembro. Araújo disse que o Brasil está interessado em fortalecer pesquisa, desenvolvimento e produção de vacinas com a China, segundo o site do MRE chinês⁶³.
- Xi diz que a China está pronta para trabalhar com a Rússia para “salvaguardar os resultados da WWII”.⁶⁵
- A Volkswagen investirá 15 bi de euros em veículos verdes na China até 2024.
- China anuncia que será carbono neutra até 2060. O plano prevê uma fase de 15 anos e uma rápida aceleração após 2035⁶⁶. Veja ao lado.

ENERGY SOURCE	2025	2060	PERCENT CHANGE
Coal	2.86 billion tons of coal equivalent	110 million	-96%
Natural gas	560 million	140 million	-75%
Oil	980 million	340 million	-65%
Hydro	440 million	660 million	+50%
Biomass	110 million	220 million	+100%
Wind	240 million	1.07 billion	+346%
Nuclear	170 million	820 million	+382%
Solar	150 million	1.03 billion	+587%

⁶² <https://www.youtube.com/watch?v=oegjmFjVK20&t=527s>

⁶³ <https://www.ft.com/content/6a7289e6-45a5-410d-98c0-9977e4026af1>

⁶⁴ http://www.chinacelacforum.org/eng/zyxw_1/t1819249.htm

⁶⁵ http://english.scio.gov.cn/topnews/2020-09/03/content_76665099.htm

⁶⁶ <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-09-28/china-s-top-climate-scientists-lay-out-road-map-to-hit-2060-goal>